



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 444 - DE 04 A 18 DE NOVEMBRO DE 2012 - R\$ 3,00

95 anos da Revolução Russa



Guerra Social no Brasil
Só o proletariado
poderá por fim
à violência reacionária



2º turno das eleições municipais:
as massas foram arrastadas pela
disputa interburguesa

Oposição revolucionária a Dilma

Não há outra via para a classe capitalista perante a crise a não ser atacar a classe operária e as condições de vida das massas

As medidas econômicas do governo de Dilma Rousseff (PT/PMDB/PSB/PDT/PCdoB, etc.) servem aos interesses do grande capital nacional e multinacional

A burocracia sindical avança sua subserviência ao governo e aos objetivos capitalistas diante da crise

Defendamos a vida dos trabalhadores e da juventude com o programa proletário!

A previsão de que o Brasil, neste ano, terá um crescimento abaixo 2% é quase certa. A recuperação de 2010 não se sustentou, e em 2011 despencou. Agora, mais uma vez, as contas do ministro Guido Mantega se mostraram irreais. Os trabalhadores começam a sentir a mudança. A euforia espalhada desde 2003 chegou ao fim.

O PT armou um escarcéu sobre o crescimento sustentável, com distribuição de renda. A eclosão da crise mundial em 2008 pôs limites às pretensões governistas de prolongar a política de colaboração de classes, baseada no assistencialismo e em pequenas concessões ao sindicalismo burocrático.

Um primeiro sinal desse limite foi dado por Dilma Rousseff, contendo o reajuste do salário mínimo. Evidenciou que não mais elevará o seu valor, como ocorreu sob o governo de Lula. A inflexibilidade perante a greve nacional das universidades federais e de outros setores do funcionalismo corresponde à decisão de arrochar os salários. No mesmo sentido, o governo federal se lançou contra a greve das polícias estaduais, que tendia a se generalizar pelo País. As greves nas obras do PAC foram combatidas com a intervenção da Força Nacional de Segurança.

Dilma Rousseff não apenas se colocou em posição de ataque às reivindicações, como também lançou medidas de proteção ao capital nacional e multinacional em detrimento da classe operária. A chamada “desoneração da folha de pagamento”, que reduz a taxa de contribuição patronal para a Previdência, é um atentado à aposentadoria. Assim, deu um passo significativo no sentido de tirar dos capitalistas a responsabilidade de arcar com parte da Previdência.

A crise mundial do capitalismo se manifestou no Brasil derrubando a taxa de crescimento. A indústria sofreu retração. Uma das causas imediatas foi a queda das exportações. O ritmo ascendente do consumo interno de manufaturas arrefeceu. A maior carga negativa recaiu e recai sobre a indústria automobilística. A exportação automotiva sofreu drástica redução. As vendas internas continuam positivas, mas em declínio. O que não afastou as pressões importadoras.

As montadoras são as que mais importam de suas matrizes. A queda das exportações e o aumento das importações refletem a crise de superprodução. Por ser a indústria automotiva um dos pilares das grandes economias, a capacidade

de ociosa sinaliza a gravidade da crise mundial.

O Brasil foi incorporado pelas multinacionais ao gigantesco mercado. Não há indústria brasileira nesse ramo. As montadoras instaladas no País e boa parte das indústrias que as servem são estrangeiras. Respondem ao comando das respectivas matrizes. Não obstante, ditam em boa medida o curso da economia interna e têm um peso extraordinário nas decisões governamentais. A importação de 1 carro a cada 4 vendidos revela o quanto as multinacionais se impõem.

A burocracia sindical da CUT se exaspera diante do horizonte adverso para os metalúrgicos, que terão de pagar sua cota com demissão, redução salarial e aumento da produtividade. Exaspera-se porque estava muito bem acomodada na colaboração de classes.

Os primeiros sinais da crise de superprodução já tiveram consequências, despertando desconfiança nos operários sobre a possibilidade de uma longa estabilidade econômica. O Sindicato Metalúrgico do ABC aceitou as exigências das montadoras de reduzir a jornada com redução salarial e de aplicar a suspensão remunerada com diminuição dos ganhos. Para isso, teve de convencer os metalúrgicos de que é melhor se curvar do que lutar.

Uma grande manobra tem sido realizada pela burocracia. Propagandeia insistentemente que a presidente Dilma está do lado dos trabalhadores. As medidas fiscais e creditícias de apoio às multinacionais são apresentadas como defesa da indústria nacional e dos empregos. A milionária renúncia fiscal, no entanto, não impediu que a Mercedes Benz impusesse a redução da jornada com redução dos salários. Caso não volte a vender seus carros e caminhões como antes, as demissões virão.

O novo Regime Automotivo anunciado por Dilma prevê mais renúncia de impostos às montadoras. A justificativa, desta vez, é a da renovação tecnológica, da competitividade e da nacionalização das peças. Mas nada que as multinacionais possam fazer livrará o setor da crise de superprodução. Nenhuma medida do governo de apoio às montadoras modificará as decisões das matrizes em se proteger da ociosidade mundial e da guerra comercial. Por mais que a burocracia sindical servil se esforce em colaborar com o capital imperialista, não terá como evitar que as multinacionais descarreguem a crise sobre a classe operária.

As previsões são de que até 2020 a venda de carros dobre, mas depende do desenvolvimento da crise internacional. A destruição de postos de trabalho na indústria automotiva constitui a tendência predominante, em nível mundial. Essa tendência condiciona o setor no Brasil. O certo é que as multinacionais estão se utilizando da crise geral para impor ao governo salvaguardas. A burocracia sindical vendida às multinacionais é requisitada como cães de guarda.

Certamente, o problema não se limita ao ramo metalúrgico. O “Plano Brasil Maior” procura abarcar vários setores industriais. A palavra de ordem de Dilma Rousseff é competitividade. Em resumo: baixar os custos de produção. A burguesia está de acordo que a desoneração da folha de pagamento, os incentivos fiscais, a desvalorização do Real, a redução de tarifas de energia e os projetos de infraestrutura ajudarão na competitividade. Há um porém, exige-se a redução do “custo da mão-de-obra”.

Os analistas dizem que os salários em si não são tão altos, mas a mão-de-obra encarece com os encargos sociais. Voltam à baila a reforma trabalhista e previdenciária. Os trabalhadores têm perdido visivelmente terreno, sem que houvesse qualquer resistência dos sindicatos.

Um dos pontos reclamados pelo patronato é o de poder admitir e demitir sem custos adicionais. A alta rotatividade se tornou uma norma para reduzir salários e avançar a terceirização. É preciso, segundo o patronato, que se eliminem as indenizações trabalhistas.

Está em mãos do governo um projeto de flexibilização trabalhista copiada da Alemanha pela burocracia do Sindicato Metalúrgico do ABC. A mudança afetará direitos coletivos consagrados na CLT, caso seja aprovado. Sindicato e capitalista poderão decidir sobre a redução da jornada com redução do salário, aplicação do banco de horas, etc. O que já vem sendo acordado nas montadoras deve ser regulamentado e generalizado para toda a indústria.

O governo e a burocracia cutista, portanto, poderão desfechar um dos maiores golpes contra a classe operária. No ABC, as negociatas com as multinacionais já provocaram um grande estrago no movimento do proletariado. A arregimentação dos trabalhadores para não resistirem à diretoria do governo petista de apoio às multinacionais constitui uma posição antinacional e pró-imperialista. Esse fenômeno se dá sob a crescente penetração do capital estrangeiro na estrutura econômica do Brasil e, conseqüentemente, sob a influência das corporações no funcionamento do Estado.

A crise vem sendo administrada com forte intervenção estatal. Não se trata de uma particularidade da administração petista. Em todo o mundo, os governos se tornaram abertamente intervencionistas, quando antes da débâcle de 2008 imperava a tese do livre mercado, do liberalismo radical e do Estado mínimo.

No Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) acatou incondicionalmente o neoliberalismo ditado pelas potências. As privatizações enfraqueceram a economia nacional e potenciaram a expansão dos monopólios in-

ternacionais. Não por acaso, o setor de serviços ganhou um enorme espaço em relação ao setor industrial.

A emergência da crise estrutural do capitalismo na forma de superprodução e de esgotamento do crescimento promovido por artifícios financeiros se manifesta no Brasil por meio das corporações monopolistas internacionais. É o caso do ramo automotivo, que mais se evidencia por corresponder a 20% da economia interna. Mas em certa medida é o que se passa em outros setores monopolizados.

As tendências recessivas da economia mundial não foram debeladas. Os desequilíbrios fiscais nos mais portentosos Estados e os buracos financeiros nas instituições bancárias reforçam o estreitamento dos mercados e agem no sentido da retração. A burguesia europeia se debate em torno de soluções que não fazem senão potenciar as contradições. Os Estados Unidos continuam, com sua política de defesa nacional, alimentando os desequilíbrios em todo o mundo. A China não mais sustenta altas taxas de crescimento. É com base nessa realidade que os organismos como o Fundo Monetário Internacional, etc. preveem o prolongamento da crise. Isso quer dizer que haverá um agravamento. A destruição maciça de forças produtivas ainda está por vir. O Brasil não está livre de uma queda muito mais profunda.

É necessário que os movimentos e as esquerdas se coloquem por um programa proletário, anti-imperialista e anticapitalista. Programa diametralmente oposto à política do governo burguês petista de proteção às multinacionais e ao grande capital nacional. A defesa da vida dos explorados começa pelas reivindicações de emprego a todos, de implantação de um salário mínimo vital e proteção da juventude. O que implica rejeitar os acordos anti-operários costurados pela burocracia e multinacionais.

Diante do avanço da crise, a classe operária se chocará com os monopólios industriais, comerciais e financeiros. A resposta é controle operário da produção, por meio de comitês fabris. O programa de controle coletivo da produção conduz à tarefa de proteção da economia nacional. Ao contrário de avançar a desnacionalização, trata-se de nacionalizar, expropriando e estatizando sem indenização os monopólios. Lutando por medidas dessa natureza, a classe operária conquistará a independência política e amadurecerá as condições para a revolução socialista e a conquista de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Por um programa de defesa da vida dos explorados, de luta anti-imperialista e anticapitalista!

Derrotar a política governamental de proteção às multinacionais!

Libertar os sindicatos da política de colaboração de classes e de submissão ao capital imperialista!

Construir o Partido Operário Revolucionário!

Tendências da crise: arrocho e desemprego

A queda da produção industrial, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, foi a 13ª consecutiva, apontando uma tendência profunda e contínua. Em comparação a agosto, caiu 1% em setembro. Em relação ao mesmo mês de 2011, caiu 3,8%. O Índice de Nível de Emprego da Indústria de São Paulo recuou 0,28% em setembro em relação a agosto. De outro lado, o setor de serviços foi o principal responsável pela estabilidade da taxa de desemprego em setembro. Houve crescimento de 0,5% na taxa de ocupação do setor, com a criação de 53 mil postos de trabalho em relação a agosto.

A indústria tem registrado retração e queda do oferecimento de postos de trabalho. O índice de desemprego não cresce por causa da contratação no setor de serviços. Em particular nesta época do ano, em que as contratações temporárias se multiplicam para fazer frente ao consumo decorrente da liberação das parcelas do 13º salário. A retração na indústria repercutirá no emprego logo a seguir, no início de 2013.

A inflação tem aumentado e tende a expressar a alta no custo de vida. Os preços dos alimentos, que já se previam em alta no próximo ano, estão em elevação imediata. No mercado mundial, os alimentos se elevaram 1,4% no mês, com destaque para carne (2,1%) e laticínios (7%). A queda da produção norte-americana é um elemento de pressão sobre os alimentos. Mundialmente, os cereais foram produzidos 2,6% a menos em

2012, e a safra de trigo foi 5,2% menor. Os aumentos de preços de alimentos fora do país recairão sobre os assalariados, porque o governo tem trabalhado para sustentar o preço do dólar, e os aumentos em dólar serão repassados integralmente para o Real.

O funcionalismo tem recebido anúncios do governo no sentido de que reajustes salariais não serão incluídos no projeto de orçamento da união. Durante a greve das universidades federais, o governo deixou claro que a prioridade na crise é o subsídio às multinacionais. A política para a energia elétrica reforça a mesma tendência: o governo acaba de anunciar que vai “indenizar” as grandes companhias de produção e distribuição de energia em 20 bilhões de reais. Ou seja, o governo vai agir em benefício dos capitalistas, e para isso terá de cortar gastos com serviços sociais públicos (educação, saúde etc.) e com salários do funcionalismo.

As tendências da situação apontam que o arrocho salarial e o desemprego serão despejados contra as massas, que arcarão com as consequências da crise capitalista.

É preciso organizar a luta geral dos assalariados, unindo os trabalhadores dos setores público e privado com as bandeiras de defesa do emprego e salário e com os métodos da luta de classes, de forma independente da burguesia e de seus partidos e organizações, para defender as massas da ofensiva capitalista de despejo da crise sobre os explorados.

No dia 27 de outubro foi realizado o Encontro Operário. Contou com a discussão sobre a distribuição do boletim Nossa Classe e os problemas levantados pelos companheiros fabris. Aprovou-se o conteúdo do próximo boletim e o estudo sobre a formação da classe operária brasileira. Houve também o debate sobre a crise econômica, a política da burocracia sindical de exigir do governo a aprovação do Acordo Coletivo Especial e nossa campanha em defesa das reivindicações do proletariado e de seu método de luta. O texto abaixo expressa o conteúdo das discussões.

Multinacionais, governo e burocracia unidos para descarregar a crise sobre a classe operária

1. Nessa semana, os operários da Bélgica e da Inglaterra receberam a notícia do fechamento da fábrica da Ford. A multinacional americana anunciou o seu plano de reestruturação diante da crise econômica, em que consta o fechamento da fábrica em Genk (Bélgica) e a transferência de fabricação de modelos de seus carros para a Espanha e a Alemanha. Na Inglaterra, divulgou cortes de postos de trabalho em duas de suas fábricas em Dagenham e em Southampton. O objetivo da montadora é demitir 4.500 operários na Bélgica e 1.500 na Inglaterra. Segundo a empresa, a venda de carros na região voltou a um patamar de 20 anos atrás. Poucos dias antes, a montadora francesa Renault também apresentou seu plano de fechamento da fábrica na cidade Vilvorde. Os dados da Associação de Construtores Europeus de Automóveis indicam que, nos dois últimos anos, foram fechadas 87 fábricas.
2. O fato é que a indústria automobilística mundial enfrenta

- uma brutal crise de superprodução. A capacidade de produção é de 103 milhões de veículos e o consumo está em cerca de 79 milhões. São 24 milhões de carros sem mercado. As “soluções” dos capitalistas vão em duas direções: a) fechar fábricas em países da Europa ou manejá-las para outros locais do continente; b) pressionar os mercados dos países semicoloniais para importarem mais carros.
3. O Brasil é pressionado para arcar com o peso da crise no setor automobilístico. A importação de veículos passou de 5,1%, em 2005, para 24%, em 2011. As exportações das montadoras que estão em solo brasileiro caíram de 30,7% para 15,9%, no mesmo período. O dado de que um a cada quatro carros vendidos no Brasil não foi fabricado aqui reafirma a pressão das multinacionais sobre o mercado da semicôlonia brasileira. Ainda mais, 85% das importações foram realizadas pelas próprias montadoras. A contradição se agrava quando se verifica que essas montadoras estão com excesso

de carros estocados nos pátios a espera de mercados. Apresentam como “solução” maiores subsídios do governo Dilma para amenizar a crise de superprodução. Alegam dificuldades de competição, impostos elevados, energia cara e custos de mão de obra extremamente altos.

4. O governo Dilma está acuado diante da pressão das multinacionais automobilísticas. A decisão de prorrogar o IPI e a adoção do “novo regime automotivo, Inovar-Auto”, foram recebidas com entusiasmo pelos capitalistas do setor, como foi o caso da Ford e da GM. As montadoras que estavam fora do país correram para anunciar a sua chegada, a exemplo da BMW. Com o mesmo entusiasmo, Sérgio Nobre, presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC e secretário geral da CUT, saudou a presidente Dilma. Completou dizendo que “pela primeira vez a CUT tem seu estande no Salão dos Automóveis”. O vendido Sérgio Nobre e a camarilha do sindicato e da CUT não fazem senão proteger os negócios das multinacionais.
5. Em meio à crise e à pressão das multinacionais, a CUT apresentou o anteprojeto de lei para flexibilizar os direitos trabalhistas. Trata-se de proposta do Sindicato Metalúrgico do ABC, que leva o nome de Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico (ACTPE) ou ACE. Os empresários, de antemão, elogiaram a iniciativa do sindicato. Em sendo aprovado, os direitos trabalhistas contidos na CLT terão bases legais para serem flexibilizados. Os acordos que eliminam direitos poderão ser implantados mediante uma consulta pelo voto secreto entre os operários da empresa. Essa é a mina de ouro que as multinacionais precisavam arrancar dos burocratas sindicais. Agora, basta a pressão ao governo federal para que o ACE seja uma lei nacional.
6. O Acordo Coletivo Especial será realizado por empresa e justificado como “motivação específica”. Não tem nada de específico. Objetiva modificar a CLT, relativizando a legislação nacional. É a supremacia do “negociado” com a burocracia sobre o “legislado”, contido na CLT. O conceito de “motivação específica” não é senão a necessidade dos capitalistas de cortar gastos com a mão-de-obra. Assim, um acordo de fábrica tem legalidade para reduzir a jornada e o salário, parcelar o 13º, suspendê-lo temporariamente, limitar a licença maternidade, impor os bancos de horas e as contratações temporárias e outros direitos que são muito caros para a classe operária. A burocracia sempre fez acordos dessa natureza, mas se deparava com um obstáculo, que é a CLT. No mesmo projeto de lei, os burocratas introduziram os Comitês Sindicais por Empresa, organismos contrários às comissões de fábrica. Os comitês têm o aval dos empresários; as comissões de fábrica são organismos independentes da burocracia e do patronato. Por isso, os burocratas querem destruí-las e implantar os tais comitês (olhos e ouvidos dos burocratas e dos patrões). O projeto-lei é o patamar mais alto alcançado pela burocracia por meio da política da conciliação de classes.
7. A crise econômica ainda não golpeou a classe operária e demais explorados brasileiros. Os capitalistas estão se preparando para o pior. Exigem medidas protecionistas do governo. Dilma vem respondendo às pressões por meio de isenções, incluindo a desoneração da folha de pagamento. E procuram trazer para seu leito os burocratas sindicais que controlam os maiores sindicatos (CUT e Força Sindical). Por sua vez, essa burocracia se empenha com corpo e alma para proteger os negócios dos empresários, em particular das multinacionais. Diante da crise econômica, os burocratas ressuscitam as Câmaras Setoriais, as Mesas Tripartites, mostram-se servís aos pleitos do patronato de redução dos juros e subsídio à indústria “nacional”. A classe operária concentrada nos centros urbanos e nas multinacionais está retraída e despolitizada e, por isso, segue a política da direção conciliadora. A ausência do programa proletário enraizado nas fábricas é o maior obstáculo para combater a burocracia conciliadora e independizar o proletariado da classe capitalista e do governo.
8. O controle que a burocracia exerce sobre a classe operária, a eliminação da democracia sindical e a ausência da fração revolucionária e de seu programa penetrado nas fábricas não são obstáculos para a tarefa de propagandear nos locais de trabalho e nos movimentos a resposta classista à crise econômica e a defesa das reivindicações de proteção do emprego, do salário e dos direitos. O vínculo do partido revolucionário (POR) com a classe operária por meio da propaganda e agitação nas fábricas é a condição para superar seu caráter embrionário. Nesse sentido, foi aprovada a campanha de:
 - a) Rejeição ao ACE e de toda política burguesa da burocracia sindical;
 - b) Defesa do emprego a todos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários, por meio da escala móvel das horas de trabalho;
 - c) Reajuste salarial e reposição das perdas, pela via da escala móvel de reajuste (aumentou a inflação, o salário é corrigido automaticamente);
 - d) Elevação das condições de vida da maioria explorada e dos aposentados, implantando o salário mínimo vital. Nenhum trabalhador, nenhum aposentado ou pensionista poderá receber menos que R\$ 4.000,00 (valor do salário mínimo vital);
 - e) Combate à reforma da previdência, que extinguiu direitos. Adoção de um único sistema de previdência, público e estatal, sob o controle da classe operária. Expropriação de todo sistema privado;
 - f) Rechaço à política da burocracia sindical de conciliação de classes e defesa dos métodos genuínos do proletariado para enfrentar a burguesia e seus governantes;
 - g) Luta pela independência política dos sindicatos e centrais diante do Estado e dos partidos burgueses;
 - h) Construir a fração revolucionária, assentada no programa da classe operária de destruição do sistema capitalista e implantação do socialismo, pela revolução social.

2º turno das municipais: as massas foram arrastadas pela disputa interburguesa

O segundo turno das eleições municipais reforçou as tendências apontadas no 1º turno. As massas foram em sua grande maioria arrastadas pelas frações burguesas em disputa, governistas na maioria ou oposicionistas na minoria. Comparece como outra forte tendência a fração abstencionista, de voto em branco e nulo. Verifica-se a presença de fortes ilusões democráticas nas massas, o que inclui a fração abstencionista, de voto branco ou nulo, que expressa essencialmente uma indiferença ou rechaço às candidaturas dominantes. Não se expressou nestas eleições uma tendência expressiva de rechaço à via eleitoral ou ruptura com as ilusões democráticas. A ausência do partido revolucionário, enraizado no proletariado, impossibilita a evolução dos explorados para a independência política e para o rechaço à arregimentação burguesa.

Avanços e retrocessos do PT

O PT foi o partido mais votado das eleições. Neste 2º turno, recebeu quase 7 milhões de votos. O PSDB de oposição burguesa contou com 5,64 milhões. O PMDB teve 1,95 milhões. O PSB, 1,67 milhões. O PDT, 1,55 milhões. O DEM, 840 mil votos. O PCdoB, 790 mil votos. PSD, 620 mil votos. Os demais partidos obtiveram menos de 500 mil votos.

O PSB conquistou 5 capitais, contra 4 do PT e PSDB, 2 do PMDB. O PT tinha 6 capitais em 2008 e 9 em 2004. Teve assim uma redução no mapa das capitais. Também obteve retrocessos em importantes cidades que governava, como Recife, Fortaleza, Campinas, Diadema. Nesta última, a derrota foi mais grave, porque a votação no 2º turno foi menor que a do 1º, e trata-se do berço do PT, a primeira experiência no comando de prefeituras. O avanço do PT está na conquista da capital paulista, contra o PSDB e uma de suas maiores figuras (Serra), no avanço em nível nacional e na ampliação geral do controle das prefeituras pela base governista, diante de um retrocesso relativo da oposição burguesa, que perdeu espaço político no conjunto, apesar de vitórias localizadas, tais como Salvador. A vitória do PT e da aliança governista revela que há apoio entre as massas ao governo, em grande parte por conta da crise capitalista ainda não ter afetado profundamente a economia brasileira e destruído as benesses sociais dos anos de crescimento econômico.

O desempenho do PSB de Eduardo Campos, conquistando a maioria das capitais e sendo o partido que nacionalmente mais cresceu, não é expressão de qualquer deslocamento entre as massas. O PSB se apoiou ora no desgaste e crise do PT em algumas cidades (Recife), ora no apoio da oposição burguesa de Aécio Neves (Belo Horizonte, Campinas). Também esteve junto ao PT em algumas disputas. O PSB pretende se colocar como fiel da balança nas disputas entre situação e oposição.

O crescimento da abstenção, nulos e brancos

O 2º turno das eleições em geral exerce maior pressão sobre as massas para arrastá-las a votar, dado seu caráter plebiscitário. Nestas eleições, porém, o fenômeno da abs-

tenção cresceu em todo o país. Os votos nulos e brancos na sua maioria caíram, mas num índice muito pequeno, praticamente se mantiveram nos mesmos níveis do 1º turno. Na soma de ambos, houve um pequeno crescimento, que foi de 25% para 26,7%. Em São Paulo, esse índice chegou a 29,27%, e se aproximou dos votos dados aos candidatos Haddad e Serra.

A esquerda nas eleições

Um dos equívocos que se têm feito nos balanços destas eleições é a caracterização de que houve um crescimento da chamada “oposição de esquerda” nas eleições. Deixando de lado o índice ultraminoritário obtido quanto ao número de votos, prefeituras e vereadores conquistados, detemo-nos sobre os argumentos da afirmação.

As conquistas eleitorais do PSol se concentram na ida para o segundo turno em duas capitais e vitória numa delas. Em ambas, a votação no PSol esteve longe de expressar o voto de “oposição de esquerda”. Ao contrário, baseou-se no apoio de frações da burguesia, inclusive de direita. Em Macapá, sua aliança se deu com PTB e DEM. Em Belém, recebeu ajuda financeira de grupos capitalistas e recebeu apoio no 2º turno do PDT e de um vereador do DEM. No Rio de Janeiro, onde obteve o segundo lugar no primeiro turno, angariou apoio de personalidades do DEM e PSDB. Fora desses locais, a votação do PSol foi inexpressiva.

O PSTU praticamente desapareceu do mapa eleitoral. A grande maioria de seus votos foi nos locais em que esteve junto às alianças do PSol, que tanto criticou.

A política revolucionária

Diante das ilusões democráticas presentes nas massas, cabe ao partido revolucionário atuar nas eleições. Denunciar a democracia burguesa como instrumento da ditadura de classe, apontar que é a ação direta das massas o caminho para lutar pelas reivindicações e não a via eleitoral/parlamentar, defender o programa e a estratégia da revolução proletária. O POR é uma corrente embrionária que não penetrou nas massas e não pode se inscrever para disputar as eleições. As correntes de esquerda que têm possibilidade de intervenção eleitoral se negam a construir suas candidaturas e programas a partir da convocação às correntes e às massas. Inscrevem seus nomes e apresentam suas candidaturas como alternativas de governo para as massas, adaptando-se à democracia burguesa e alimentando as ilusões democráticas a fim de conquistar postos no parlamento e apresentá-los como conquistas revolucionárias. Ou então se lançam a apoiar outras correntes, ora embelezando-as, ora com críticas que sirvam para embelezar seu seguidismo.

O POR trilhou o caminho que lhe foi imposto pelo seu estágio de construção e pela falta de independência política das massas, o de defender o voto nulo programático, voto no programa e estratégia da revolução proletária.

PSTU rompe e chama voto crítico na própria frente

O PSTU, que se vangloria da eleição de dois vereadores, deve a vaga em Belém ao índice obtido pelo PSol com o apoio da burguesia, que foi formalmente criticado pelos morenistas mas não recusado para a eleição de seu vereador. Agora, no segundo turno, diante da aparição do apoio do governo e de Lula ao candidato do PSol, o PSTU “rompeu” com a frente, mas continuou chamando o voto nela. No que o apoio de Lula a Edmilson Rodrigues muda a essência de sua candidatura, apoiada desde

sempre por frações capitalistas? E que tipo de ruptura é essa, que se apoia nos votos da frente com a burguesia e ainda chama o voto no candidato do governo? O PSTU tem de fazer malabarismo para explicar seu eleitoralismo. Já no primeiro turno, o PSTU defendia o voto em Edmilson para que ele fizesse “um governo que atendesse as necessidades dos trabalhadores”. Ou seja, uma campanha eleitoreira que alimenta a ilusão nas massas de resolver seus problemas pela via eleitoral.

Eleições municipais no Nordeste

Destacamos o quanto as eleições são o campo de disputa da burguesia para centralizar suas frações em torno do Estado. As eleições municipais servem para os partidos burgueses medirem forças, atraírem setores da patronal, prepararem as eleições para governador e presidente e alimentarem as ilusões das massas no parlamento e na via eleitoral.

Não é novidade que os partidos da ordem disputem os votos dos trabalhadores por meio de promessas. As eleições são o momento de grandes mentiras e falsificações. O que chamou a atenção foi conduta das esquerdas que se lançaram ao eleitoralismo descarado. O crescimento dos votos nulos, brancos e abstenções indicou uma rejeição de milhões de trabalhadores e jovens ao circo eleitoral.

Importantes derrotas do PT

Embora o PT tenha aumentado número de prefeituras no Nordeste, sofreu derrotas significativas, que indicam reprovação dos explorados à sua política de mentiras e proteção aos exploradores. Tanto os adversários (PSDB, DEM), quanto os aliados (PSB, PCdoB, PDT), que concorreram contra as candidaturas petistas, se aproveitaram da desastrosa experiência que a população teve com a demagogia do reformismo.

Em Pernambuco, o PT sofreu uma grande derrota, ainda no primeiro turno. Seu candidato Humberto Costa foi imposto por Lula contra a maioria do diretório regional, que estava pela reeleição de João da Costa. Depois de 12 anos de comando petista, a prefeitura de Recife passou para as mãos do PSB, como resultado das divisões entre petistas e das articulações do governador Eduardo Campos (PSB). A capital pernambucana foi o sinal mais evidente, no nordeste, do fortalecimento do PSB, que engorda na sombra do governo Dilma.

No Piauí, o PT rompeu com o PTB de Elmano Férrer (atual prefeito que tentava reeleição) e lançou candidatura própria. Obteve apenas 14,18% dos votos e apoiou o PTB no segundo turno. Na votação do segundo turno, a coligação de Firmino (PSDB, DEM etc) foi vitoriosa.

Em Fortaleza, o PSB rompeu a aliança com o PT, para arrancá-lo da prefeitura. O candidato da oligarquia dos Ferreira Gomes, Roberto Cláudio/PSB, venceu o pleito.

Em Salvador, enfrentaram-se o Nelson Pelegrino (PT) e ACM Neto (DEM). O carlismo reconquistou a capital baiana, por meio do decadente DEM.

Em São Luís (MA), o candidato do PT que contou com o apoio de Sarney foi derrotado. No segundo turno, concorreram Edivaldo Holanda Júnior (PTC, PSB, PDT e PC do B) e Castelo (PSDB - PMN / PRP), vencendo Edivaldo. Em Natal (RN), o PT teve um desempenho vergonhoso. O segundo turno foi disputado pelo PDT e PMDB, ambos da base aliada do governo Dilma.

João Pessoa: única capital nordestina nas mãos do PT

Em João Pessoa/PB, o PT contou com o apoio do prefeito Luciano Agra. A disputa no segundo turno se deu entre Cícero Lucena e Luciano Cartaxo. O petista venceu com 68,13% dos votos. Foi importante o apoio de Lula.

Esmagadora derrota do PT em Campina Grande

Em Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral do estado, o PT inicialmente costurou a aliança com o PP, que na região é dirigido pela oligarquia dos Ribeiro, vinda dos engenhos, conhecida pelos assassinatos de sindicalistas camponezes e que agora ocupa o Ministério das Cidades com Agnaldo Ribeiro. Sua irmã, Daniella, teria um vice do PT. Porém, a fração minoritária do PT se rebelou e lançou candidatura própria. Obteve menos de 2% dos votos. No segundo turno, Dilma e Lula apoiaram Tatiana do PMDB. Foram derrotados por Romero (PSDB), candidato da oligarquia dos Cunha Lima.

O PT arrastado por aliados

Em Aracaju (SE) e em Maceió (AL), o PT apoiou candidaturas de partidos aliados. Na capital sergipana, compôs a chapa do deputado federal Valadares Filho (PSB). Em Alagoas, o PT participou da candidatura do ex-governador Ronaldo Lessa (PDT), substituído por Jurandir Bóia. Esta chapa contou com o apoio de Fernando Collor de Melo (PTB) e Renan Calheiros (PMDB). Estas alianças apoiadas pelo PT foram derrotadas já no primeiro turno pelo DEM em Aracaju, com a eleição do ex-governador João Alves (que já foi prefeito biônico na ditadura); e pelo PSDB, em Maceió, com a vitória do deputado federal Rui Palmeira.

Crescimento eleitoral do PT

Vejam o quadro geral: cresceu mais acentuadamente na Bahia (passou de 66 para 93) e Ceará (passou de 15 para 29); em

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Pernambuco passou de 8 para 13. Em Alagoas, passou de 1 para 2; Maranhão, de 9 para 10; Piauí, de 19 para 21; Rio Grande do Norte, de 4 para 6; e manteve-se estável na Paraíba (6) e Sergipe (7).

Oligarquização do PT

Os partidos burgueses refletem a formação oligárquica da burguesia nacional. No Nordeste, o peso da oligarquia se faz sentir na manutenção do controle do Estado por parte de famílias de grandes proprietários conhecidas por seu reacionarismo. O PT, inevitavelmente, vem se oligarquizando. A conquista de 93 prefeituras no interior da Bahia e 29 no Ceará, por exemplo, não mostram o avanço da democratização do Estado, como pregava o reformismo petista, mas sim que setores das oligarquias se desprendem de seus antigos partidos para manter o controle da máquina estatal (no caso federal e estadual). Também chama a atenção a utilização por certos grupos da oligarquia de novas legendas de aluguel, como o PRTB, PTdoB, PSDC, etc.

A ascensão do PT ao topo do Estado se deu com a sua subordinação aos partidos oligárquicos e a acomodação de distintos interesses carreiristas. No governo de coalizão de Dilma Roussef, partidos como o PMDB, PP e PTB compõem a base aliada, apesar de anteriormente terem sido adversários do PT.

O eleitoralismo de esquerda

A frente de esquerda só esteve completa em Salvador/BA e Aracaju/SE. Psol se uniu com PSTU em Natal e Maceió (PCB lançou apoio crítico na capital alagoana), com o PCB em Fortaleza e São Luís, onde o candidato psolista alcançou 11% dos votos para a prefeitura. Em Teresina, PSOL, PSTU e PCB lançaram candidaturas em separado. E o PCO se aliou ao PCB. Em João Pessoa, também disputaram separados.

Em Natal, Amanda Gurgel do PSTU se elegeu, fazendo parte da chapa do Psol, que por sua vez ganhou dois cargos de vereador. A Frente Ampla de Esquerda se apoiou no deslavado eleitoralismo, seguindo a orientação de não se chocar com a consciência atrasada das massas.

Em Maceió, Heloisa Helena (PSol) se elegeu com 19.100 votos, bem menos dos quase 30 mil de 2008. Em Salvador, Hil-

Fortaleza

Vitória da oligarquia Ferreira Gomes em Fortaleza

A candidatura emplacada pelo governador Cid Gomes (Roberto Cláudio/PSB) venceu a disputa com o candidato de Luizianne Lins (Elmano Freitas/PT) e montará o próximo governo burguês em Fortaleza. Roberto Cláudio, à frente de uma extensa coligação (PRB/PP/PTB/PMDB/PSL/PSDC/PHS/PMN/PTC/PSB/PRP/PSD/PTdoB) e apoiado ainda, no segundo turno, pelo PSDB, DEM, PDT, PPL, PRTB e PC do B, obteve 56,02% dos votos contra 43,98% dos votos do candidato do PT/PR.

A ruptura entre PT e PSB, depois de seis anos de aliança, foi possível em razão do rápido crescimento do PSB nos últimos anos, que se destacou como o principal partido burguês do estado, desbancando o PMDB, de Eunício Oliveira, e o já cambaleante PSDB, de Tasso Jereissati.

O choque entre as máquinas municipal (PT) e estadual (PSB), nas eleições, também correspondeu à disputa entre frações da burguesia local e entre estas e setores pequeno burgueses sobre a melhor maneira de administrar o estado e conter

ton Coelho (PSol) foi o segundo mais votado com 16.408 votos para vereador. Em Fortaleza, João Alfredo (Psol) foi reeleito com 20.222 votos.

Está claro que a esquerda no Nordeste não conseguiu atrair a atenção dos explorados, embora se utilizasse de promessas reformistas.

Desconfiança de parte da população

O Nordeste bateu recorde em relação aos votos nulos. Em Salvador, foram, no primeiro turno, 19,93% abstenções, 9,39% votos nulos e 4,84% votos brancos e no segundo, 25,33% de votos que não foram para nenhum candidato. Seguindo a mesma ordem, temos os seguintes dados: Natal, 18,32%, 7,28% e 4,42% (e 32,61% em ninguém no segundo turno); João Pessoa, 15,17%, 5,58% e 3,36% (26,16% em ninguém no segundo turno); Fortaleza, 16,02%, 4,69% e 2,92% (25,33% em ninguém no segundo turno); Teresina, 16,11%, 3,99% e 1,86% (23,14% em ninguém no segundo turno); Recife 16,38%, 4,81% e 4,57%; Maceió, 8,50%, 6,99 e 5,58%; e Aracaju, 8,92%, 6,02% e 3,41% brancos.

Atuação do POR

Por seu caráter embrionário, o Partido Operário Revolucionário não pôde impor, por meio da luta de classes, sua legalização. Não foi possível, portanto, atuar nas eleições com candidaturas que expressassem o programa revolucionário e que apontassem que a solução para os problemas das massas não virão do Estado burguês decomposto, mas sim da organização independente dos trabalhadores e juventude, sob a estratégia da revolução proletária. O POR fez a defesa do voto nulo programático, com este conteúdo de independência de classe e estratégia revolucionária. Organizou comitês em defesa do voto nulo em Salvador e Fortaleza, com debates, formação e atuação nas lutas das massas. Em Campina Grande-PB, houve panfletagens e chamado de um debate sobre as eleições. Em Natal, o POR atuou na tentativa de constituição da frente de esquerda, que foi rompida pelo PSTU e PSOL, que não admitiram que a plenária aprovasse princípios, programa, candidatura e tática eleitoral. Assim, se posicionou pelo voto nulo programático.

as lutas. Uma montanha de dinheiro foi despejada pelos partidos que disputavam o escrutínio. Os milhares de votos dados tanto a Roberto Cláudio quanto a Elmano Freitas expressaram a enorme ilusão das massas nas instituições burguesas e, em particular, nas eleições. Estiveram, durante meses, sob a intensa propaganda da Justiça eleitoral e dos candidatos, que diziam que seus problemas seriam resolvidos por meio do voto. Foram levados a pensar que os males que os afligiam (falta de moradia, de saneamento, desemprego, subemprego, transporte precário, violência, drogas etc) eram um problema de gestão governamental, quando efetivamente decorrem da enorme crise social e da profunda desagregação mundial do capitalismo e do atraso semicolonial do país.

Uma parcela da vanguarda, sob o pretexto de que a vitória de Roberto Cláudio (responsável pela truculenta repressão aos professores grevistas em 2011) era inaceitável e significaria um retrocesso, colocaram-se por detrás da candidatura burguesa

de Elmano (PT/PR), que representava a continuidade de um governo igualmente inimigo dos trabalhadores. Roberto Cláudio, por sua vez, apelou para o populismo nas favelas e abusou da compra de votos.

Dessa forma, apesar do elevado número de votos nulos, brancos e abstenções (385 mil ou 23% do total de eleitores), as massas foram arrastadas pelos partidos burgueses e pró-burgueses. Faltou a independência de classe aos explorados que, sustentaram com seu voto os candidatos burgueses que são seus algozes. Nem é preciso dizer que esse é o resultado claro da ausência da política proletária e revolucionária nestas eleições, que pudesse desmascarar todas as mentiras, as falsas promessas, denunciar o circo eleitoral e chamar os explorados a resolver seus problemas com seus métodos próprios de luta (ação direta). O POR, por sua condição embrionária que o impossibilita de impor sua legalização à reacionária justiça eleitoral, defendeu o voto nulo programático, chamando os explorados a rechaçarem as candidaturas de Elmano e Roberto Cláudio, a defenderem a estratégia da revolução proletária e a construir o partido operário revolucionário.

O fracasso do PT, as divisões interburguesas e a tarefa colocada para os oprimidos

A grande maioria da burocracia sindical, ligada à CUT, sofreu o impacto da inesperada derrota do candidato de Luizianne. Para ela, toda a estrutura municipal de que o PT dispunha, e agora deixou escapar, não servia senão para fortalecer seu próprio controle burocrático sindical, ao mesmo tempo que a possibilitava ascender a postos importantes e a enriquecer-se mais rapidamente. O PT perdeu uma importante máquina que, em suas mãos, nunca serviu para luta; nem para organizar os trabalhadores nem para impulsionar a revolta da juventude oprimida na periferia, mas para retirar direitos, reprimir, punir e até demitir trabalhadores. A cúpula do PT locupletou-se fartamente nos recursos municipais e acomodou todos os aliados, famintos de gratificações e cargos de primeiro escalão, para assegurar uma base de apoio na Câmara Municipal. As chefias de distrito, diretorias de escolas, cargos comissionados, coordenadores de creches e de postos de saúde foram transformados, junto com as direções sindicais vendidas, no primeiro esteio de proteção à gestão e de sabotagem às lutas na capital.

O fracasso eleitoral do PT, após oito anos de gestão, representou uma derrota não apenas para a burocracia sindical governista da CUT, mas principalmente para a ala de Luizianne que controla o PT municipal (DS). As rusgas entre o bloco PT/

Bahia

Balanço do segundo turno das eleições em Salvador

No segundo turno das eleições em Salvador, a disputa se deu entre o candidato do (DEM), ACM Neto, que tem como vice Célia Sacramento do (PV), e o candidato do (PT), Nelson Pelegrino, que tem como vice Olivia Santana do (PCdoB). A disputa foi acirrada considerando que a diferença no primeiro turno entre ACM Neto e Pelegrino foi de apenas um ponto percentual. A campanha entre os dois candidatos foi uma verdadeira troca de acusações. Porém, nem a presença de Dilma e o apoio declarado de Lula, nem o discurso de alinhamento entre os governos federal, estadual e municipal conseguiram

PR e PSB/PMDB, as duas alianças políticas mais importantes do Estado só esteve na ordem do dia em razão da completa ausência do proletariado do cenário da luta de classes. A ausência da política independente do proletariado, materializada no partido revolucionário, capaz de arrastar uma fração dos sindicatos e das massas para o choque com os patrões e seu Estado permite que os partidos burgueses, e seus serviços reformistas, que façam todos os arranjos eleitoreiros possíveis.

A vitória de Roberto Cláudio certamente deslocará o PT municipal (DS) para o campo da oposição na capital, embora, ao que tudo indica, venham a manter uma política de semicollaboração. As razões para isso são muitas: a aliança nacional em torno do governo Dilma, a aliança que o PT já mantém com o PSB não apenas no governo estadual de Cid, mas em vários municípios do interior, a pressão da ala petista anti-Luizianne (Guimarães, Pinheiro, Nelson Martins etc), apoiada pelo PT nacional. Todos estes elementos pressionam para a convergência de um alinhamento de forças com Cid/Roberto Cláudio, que logo disciplinará as lideranças ainda frustradas com a derrota nas urnas. Críticas como a de Elmano Freitas, após o anúncio do resultado eleitoral, denunciando os Ferreira Gomes, como “Oligarquia de Sobral” logo ficarão para trás. Caberá ao PT derrotado, com seus quatro vereadores na câmara, uma oposição parlamentar, leal e disciplinada. A impotência e a inconsequência da crítica de Elmano salta aos olhos, quando o próprio Elmano omite que o PT agiu e age de braços dados com esta oligarquia, inclusive do município de Sobral, onde o PT só pôde chegar ao comando da prefeitura municipal com o apoio decisivo desta mesma oligarquia.

O governo Roberto Cláudio (PSB-PMDB) será um governo burguês de ataque à vida das massas. Estará fortalecido pela aliança com o governo estadual de Cid. Será ainda mais repressor e dará continuidade à retirada de direitos iniciada na gestão petista. A tarefa colocada para o momento é lutar para afastar os trabalhadores da influência do governo, defendendo a bandeira de oposição revolucionária à gestão PSB/PMDB. É preciso levantar as reivindicações dos trabalhadores e juventude: defesa do emprego por meio da estabilidade a todos, redução da jornada de trabalho sem redução de salário para que haja emprego a todos; emprego à juventude; acesso ao ensino em todos os níveis; manutenção de todos os direitos conquistados; reposição de todas as perdas salariais; defesa do salário mínimo vital; defesa da unidade na luta através da frente única sindical, para enfrentar os ataques governamentais e construção do Partido Operário Revolucionário-POR.

alavancar a candidatura do PT no segundo turno.

O PT ampliou seu arco de aliança para o 2º turno contando com o apoio dos candidatos que atuaram nas eleições no 1º turno: Marcio Marinho (PRB), Da Luz (PRTB) e Mario Kértex (PMDB). Já o candidato ACM Neto recebeu o apoio do PMDB de Geddel Vieira Lima, mesmo sendo da base de apoio do governo federal. Ressalte-se que Geddel ocupa atualmente a vice-presidência da Caixa Econômica Federal. No intento de impedir o apoio do PMDB ao DEM, o governador Wagner (PT) chegou a ligar para Michel Temer (PMDB) e solicitar a media-

ção de Dilma e do ex-presidente Luis Inácio Lula (PT). Ocorre que o ex-ministro Geddel tem um conflito histórico com o PT na Bahia, particularmente com o atual governador.

O candidato do PT no primeiro turno explorou a suposta ligação política do candidato do DEM ao atual prefeito João Henrique, cuja popularidade se encontra em profundo desgaste. Mesmo com toda a máquina do Estado a serviço da campanha de Pelegrino, não teve o efeito desejado no segundo turno, portanto, a derrota do PT na Bahia tem um significado político importante para o governo Wagner.

ACM Neto, por outro lado, partiu para ofensiva, fazendo referência ao mensalão, à equipe de Wagner que inclui o comandante da Polícia Militar (Major Castro), que dirigiu a repressão contra estudantes, professores e servidores na invasão da polícia à UFBA em 2001, quando protestavam pela cassação do então Senador ACM. Na época, o Estado da Bahia era governado por Cesar Borges e o vice era Otto Alencar. Ocorre que César Borges (PR) é hoje aliado de Dilma e Wagner, ocupando o cargo de vice-presidente do Banco do Brasil. Já Otto Alencar é o atual vice-governador de Jaques Wagner.

A greve dos policiais, dos professores da rede básica e das universidades estaduais da Bahia também depõe contra o PT.

Porto Velho:

PT entrega a prefeitura para o PSB

No segundo turno das eleições, os dois candidatos se esmeraram em atrair a população por meio de promessas de solução dos graves problemas de Porto Velho. Digladiaram-se para conquistar o voto dos explorados da capital.

Assim que terminou o primeiro turno, o **PSOL** se juntou a Mauro Nazif (PSB). O **PT** e o **PSDB** liberam a militância para votar em quem quisesse. O **PCdoB** optou por apoiar o Mauro. Miguel de Sousa (PR), vice da chapa de Fátima Cleide/PT, depois de derrotado no 1º turno, se aliou a Lindomar Garçon (PV). Esse zigue-zague dos partidos e alianças expressam a política eleitoralista reformista do PT e PSOL e estalinista (PCdoB). As alianças com partidos burgueses são parte da estratégia para chegar ao poder executivo. Nesse campo, vale tudo.

No início do 2º turno, o candidato Garçon/PV liderava as pesquisas. Mas, na última semana, Mauro Nazif passou à frente. Fato que se confirmou: Mauro Nazif obteve **63,03%** e Lindomar Garçon, **36,97%**.

Em Porto Velho, o que chamou a atenção foi a grande abstenção. 13,87%, ou seja, 38.607 pessoas não compareceram às urnas. Os votos nulos (3,45%) e os brancos (1,99%) somaram 13.038 eleitores. Se considerarmos as abstenções, tivemos 51.645 pessoas que rejeitaram a farsa eleitoral.

Os dois candidatos são velhos conhecidos nas eleições do estado. Mauro Nazif é deputado federal e está em seu segundo mandato. Já foi vereador e disputou pela quinta vez a prefeitura. Sempre contou com o apoio financeiro de empresários do comércio. Responde por dois processos judiciais, que correm em segredo. Fez campanha dizendo que é um dos colaboradores nas negociações da transposição dos servidores públicos do estado para o quadro federal.

Lindomar Garçon é um ex-deputado federal e já foi prefeito do município de Candeias do Jamari, próximo a Porto Velho. Contou com o apoio do ex governador Ivo Cassol (PP),

Uma parte dos professores chegaram a votar em ACM como forma de punir a traição do PT, deram, portanto, uma guinada à direita. O Candidato do DEM fez bastante promessas, dentre elas as “prefeituras-bairros”, criação de centro de operações de Salvador, o bilhete único integrado, podendo ser usado por três horas nos ônibus, trens e metrô, e a meia passagem aos domingos nos ônibus de Salvador, dentre outras tantas promessas na área da Saúde e Educação.

Os resultados nesse segundo turno foram os seguintes: ACM Neto (DEM) foi eleito com 53,62% dos votos válidos, enquanto Pelegrino (PT) obteve 46,42%. Os votos em branco foram o total de 36.310 (2,48%), 97.776 (6,66%) de nulos e 402.506 (21,52) de abstenções. A eleição de ACM Neto significa o retorno ao poder do carlismo na vida política do Estado, depois de um período de prostração e decadência. A vitória de ACM Neto deu sobrevida ao DEM, uma vez que a legenda estava enfraquecida, considerando que os principais quadros do DEM migraram para o PSD.

A frente de esquerda declarou timidamente voto nulo no 2º turno. O Partido Operário Revolucionário continuou sua campanha em defesa do voto nulo programático com a realização de atividades conjuntas com o coletivo contra corrente e independentes, fizemos panfletagem, plenárias e formação política.

atual senador da república. Também é denunciado de enriquecimento ilícito quando foi prefeito de Candeias do Jamari. A denúncia diz respeito aos royalties que o município recebia na época da construção da usina de Samuel, que fica no município. Lembremos que os operários dessa usina viveram a brutal exploração, semelhante a das usinas do rio Madeira, e que grande parte dos ribeirinhos ainda continua sem a prometida indenização dos danos causados pela usina.

Como se vê, estavam em disputa dois candidatos burgueses com a mesma trajetória. Nazif conseguiu seduzir a maior parte dos explorados e, assim, conseguiu sair vitorioso. O PT contribuiu para que um desses dois politiqueiros ocupasse o seu lugar na prefeitura da capital. A rejeição do PT pela maioria da população vem de seus 8 anos de administração da prefeitura e de suas promessas não cumpridas. As massas pobres se deslocam de um partido para outro nas eleições. A despolitização e a enorme campanha publicitária são fundamentais para o jogo eleitoral.

A pouca penetração do partido operário nos sindicatos, nos locais de trabalho e nos movimentos contribui para o atraso político dos explorados e, principalmente da classe operária. Embora o número de abstenções e votos nulos e brancos tenham sido significativos, estes ainda não estão vinculados à política revolucionária. Mas é uma manifestação instintiva de uma parcela dos explorados em relação às eleições e a politicagem que a envolvem. Somente com a penetração do programa do proletariado é que esse descontentamento se transformará em ação consciente. O voto nulo programático, defendido pelo POR, sintetizava a posição revolucionária de defesa do programa e da construção do partido.

A experiência das massas com os governos burgueses e o trabalho de propaganda e agitação do partido operário serão essenciais para ganhar a parcela da vanguarda que despontará nas lutas em defesa das reivindicações vitais. Essa é a nossa tarefa.

Eleições e Oportunismo no Litoral Norte de São Paulo

As eleições municipais nas quatro cidades do Litoral Norte de São Paulo (Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela) ocorreram sem nenhuma novidade: disputas entre partidos burgueses e oportunismo por parte do PT e do PCdoB.

Quadrilhas burguesas:

Além das áreas básicas de desvio de verbas públicas e de acordos ilegais com empresários em que “todos” ganham (transporte, questão imobiliária, FUNDEB, merenda, lixo, etc.) existe na região a expectativa de aumento do orçamento devido à exploração de petróleo e gás do Pré-Sal, o que fez com que as frações das classes dominantes se aticassem ainda mais pelo controle do Estado. Alguns candidatos no balanço de suas campanhas até chegaram a reclamar “do aumento do valor de mercado da compra de votos”.

No final das contas quem controlava a máquina da prefeitura acabou levando vantagem, já que na região todos os prefeitos conseguiram a reeleição, com exceção de Ubatuba onde o prefeito já cumpre o segundo mandato.

Oportunismo do PCdoB:

O PCdoB tem pouca expressão na região, e sua política de alianças foi bem elástica e não foi coerente nem com a frente formada em nível federal com o PT, já que os “comunistas” se coligaram em São Sebastião com o PSDB, em Ubatuba com o PP e em Ilhabela com o PPS. Cabe lembrar que o prefeito da Ilhabela é o mesmo que quebrou o contrato com os professores, voltando atrás na aplicação da Lei do Piso e perseguiu com demissões professores que lutaram contra estas medidas, inclusive uma estando grávida e outro sendo representante sindical da APEOESP (membro da Corrente Proletária na Educação).

Oportunismo do PT:

O PT lançou candidatura à prefeitura em todas as cidades, menos em Ilhabela, onde se aliou ao PPS, assim como fez o

PCdoB.

A política eleitoralista do PT é tão grande que os militantes da Articulação que dirigem a Subsele Regional do Litoral Norte da APEOESP subordinaram todas as suas ações sindicais à política eleitoral. Não moveram uma palha para realizar passagens em escolas, para realizar debates sobre temas de interesse da categoria (sobre a Categoria O, Campanha Salarial, etc.), para mobilizar para as Assembleias, enfim, para a luta. No entanto, durante o período eleitoral aproveitaram todas as oportunidades para lançar os seus candidatos. Durante o Encontro Regional sobre a Lei do Piso, impulsionada pela Corrente Proletária na Educação, os petistas não se cansaram de afirmar que só a candidatura petista seria capaz de aplicar corretamente a Lei do Piso, lançando inclusive uma Carta aos candidatos a prefeito da região para que estes se comprometessem com a correta aplicação da referida Lei. O candidato petista da cidade de Caraguatatuba foi o primeiro a assinar, entretanto o único candidato do PT que tinha reais chances de vencer, e de fato foi eleito em Ubatuba - Maurício, da coligação “Pra Fazer Ubatuba Brilhar” (PP/PT/PMDB/PSDC/PCdoB) - não foi “encontrado” para que pudesse assinar tal Carta.

Voto Nulo Programático

As eleições na região provaram mais uma vez que não passam de um teatro que serve para iludir o proletariado e demais oprimidos, garantindo a manutenção da ditadura de classe da burguesia, travestida de democracia. Os partidos que dizem lutar pelos trabalhadores nada fizeram a não ser referendar tal farsa, o que demonstra o grau de degradação política e de conciliação de classes em que se encontram.

Diante da impossibilidade do POR lançar candidaturas revolucionárias próprias ou de fazer parte de uma Frente com um programa revolucionário – com o objetivo de transformar o processo eleitoral e a atuação parlamentar em tribuna revolucionária - reafirmamos a correta decisão de defesa do voto nulo programático.

Natal/RN: Justiça afasta Prefeita Micarla (PV) faltando apenas dois meses para o fim do seu mandato

A prefeita de Natal, Micarla de Souza levou a capital ao caos. São funcionários que não recebem salários, serviços de saúde e educação que não funcionam, coleta de lixo que praticamente não existe mais em alguns bairros, acordos milionários com empresas privadas e o avanço da privatização.

Com um dos maiores índices de rejeição (95%), a prefeita, que nem ousou sair candidata à reeleição, passou seus quase quatro anos de administração aprofundando todas estas medidas. Somente agora, faltando pouco menos de dois meses para terminar o seu mandato, que a Justiça se posiciona decidindo pelo seu afastamento. Pura hipocrisia.

A prefeita que utilizou a verba da saúde para beneficiar as empresas privadas, como fazem muitos outros governos, serve agora como bucha de canhão para dar ares de moralidade a justiça, ou para fazer jus ao velho ditado popular “a justiça tarda mais não falha”.

O setor da saúde foi o mais escancarado. A prefeita fez con-

tratação com o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde – IPAS, entidade responsável para administrar a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em um bairro de Natal e com o Instituto de Tecnologia, Capacitação e Integração Social (ITCI), todas instituições funcionando como Organização Social (OS). Na declaração de gastos, justificou-se desde a compra de chocolate baton até notas fiscais de pizzaria McDonalds’s. Com o discurso de combate à dengue, a prefeitura preferiu contratar estes serviços terceirizados ao invés de profissionais agentes de saúde. Enquanto a empresa terceirizada recebia por cada agente de saúde contratado R\$ 1.283,63 o valor pago a cada um destes profissionais não ultrapassava R\$ 450,00.

Essa situação há muito já era conhecida pela Justiça, que chegou inclusive a decretar prisão de alguns envolvidos, mas que só agora decide pelo afastamento da prefeita. Sem nenhuma força política, a filha do ex-senador Carlos Alberto (antigo PDS) é afastada, podendo ser expulsa do PV, que fingia não saber de nada.

O avanço da privatização nos serviços públicos estende-se a todas as esferas. O governo estadual de Rosalba Ciarline (DEM) mantém contratos com as mesmas empresas denunciadas na corrupção municipal.

Durante todo esse período em que a população trabalhadora sofria o que faziam os movimentos? Pretendiam tirar proveito político para as eleições. Foi assim que o PT atuou no movimento do Fora Micarla, para projetar Mineiro (PT) inclusive fazendo greves em sindicatos que dirigem. Não ficou distante

desta política o PSTU quando queria disputar com o PT quem era o pai do movimento.

Sai a corrupta Micarla e assume seu vice Paulinho Freire (PP). As massas trabalhadoras e a juventude oprimida assistem a tudo sem nenhuma participação, pois acabaram de responder nas urnas como manda o jogo da democracia burguesa. Para responder a toda esta corrupção e suas disputas interburguesas é a defesa dos tribunais populares para julgar e punir não só Micarla, mas toda burguesia.

Mensalão

Concluído o julgamento dos réus petistas

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares por corrupção ativa e formação de quadrilha. Os demais réus foram enquadrados em mais outros crimes. A pena atribuída ao “operador do mensalão”, Marcos Valério, talvez seja a mais alta (40 anos).

Não obstante, não importa muito o envolvimento de empresários, banqueiros e outros políticos. O fundamental do julgamento está no núcleo dirigente do PT. A pena para os três será dada logo mais. Já não tem importância, uma vez que se tratou de um julgamento político, ocultado pelo processo criminal. Não por acaso, a grande imprensa que também serviu de tribunal tratou de minimizar a conclusão penal.

O objetivo de colocar os dirigentes do PT- e indiretamente o governo de Lula - no banco dos criminosos, julgá-los severamente e condená-los foi plenamente alcançado. José Dirceu saiu como capo, José Genoíno como um dos braços do capo e Delúbio Soares, outro. Os demais participantes do esquema apareceram como capilaridade no diagrama.

Na interpretação da maioria dos juízes, o PT construiu uma quadrilha no interior do Estado para usufruir de meios financeiros ilegais e praticar uma política avessa ao Estado de Direito de maneira a concretizar um objetivo de poder. Está aí por que a tríade da cúpula petista incorreu sobretudo no crime de formação de quadrilha e corrupção ativa.

O Supremo não precisou de provas para condenar José Dirceu e para atribuir-lhe a desonrosa missão de comprar votos de parlamentares, em detrimento da justificativa dos réus de que cometeram o ilícito de caixa 2 (crime esse comum entre todos os partidos e empresários financiadores, muito bem conhecidos dos guardiões das leis). José Dirceu jurou de pés juntos que não esteve envolvido em nada do chamado Mensalão. José Genoíno justificou que a sua assinatura foi posta na crença de que se tratava de transações legítimas. Delúbio Soares admitiu que as transações ilegais com a empresa de publicidade e com os banqueiros visaram a acobertar o caixa 2.

Segundo a legislação eleitoral que proíbe o financiamento oculto de campanha – a qual ninguém respeita e pela qual nunca a justiça se interessou em processar e condenar alguém -, os petistas cometeram um crime, mas muito mais grave ainda é o de comprar parlamentares, modalidade criada pelo PT. Para enquadrá-lo na imputação de crime hediondo contra a democracia, bastava a lógica dedutiva. Havia-se identificado a premissa de que o PT tinha um projeto de se perpetuar no poder e a premissa de que havia se tornado perigoso para o Estado de Direito (ou melhor para o PSDB e Cia), portanto a

conclusão era óbvia: o PT formou uma quadrilha que cometeu dois crimes conexos, o de caixa 2 e compra de políticos. No primeiro caso, não havia necessidade de punição (isso ficou implícito), mas no segundo sim.

Tirando todos os ilícitos, apontados pelo procurador-geral da República e acolhidos pelos juízes, de cima do julgamento político, encontramos a causa verdadeira da condenação por crime de quadrilha e de corrupção ativa, que é a de suposto plano petista de perpetuação no poder. Não é preciso muita perícia para se encontrá-la, já que Celso de Melo a assinalou com todas as letras.

O que impressiona nessa condenação é o fato do PT governar o País e ter sob seu controle boa parte dos sindicatos e mesmo assim aceitar caladinho a montagem de um tribunal de exceção, assim reconhecido por José Dirceu e José Genoíno. A presidente Dilma se comportou como se nada acontecesse sob seus pés. O ex-presidente Lula resmungou algumas palavras pelos cantos, agindo apenas quando a Veja procurou envolvê-lo no Mensalão (promoveu um manifesto de protesto assinado pelos partidos da base governista). Os dirigentes históricos do PT ficaram aos lobos.

A burguesia assimilou muito bem o PT e seus incômodos dirigentes, principalmente José Dirceu. Esse sim cumpriu e ainda cumpre um papel de estrategista do partido de conciliação de classes, que para se materializar teve de tirar da máquina do Estado os homens do PSDB e do DEM. Mas no seu âmago a burguesia não perdoou o ex-dirigente da UNE, banido do País e catalogado como terrorista pela ditadura.

Há quem diga que o ex-ministro da Casa Civil de Lula é um artífice de uma concepção que rejeita a separação entre o Estado e o partido. E que o mensalão petista se assenta na partidarização da administração pública, de maneira que suas alianças servem à repartição de cargos. Esse seria, portanto, um crime político contra a democracia. Tal explicação é uma desfaçatez. Todos os partidos, em toda a história republicana do Brasil, com mais ou menos evidência, estiveram fundidos ao Estado e lotearam os cargos. Mais recentemente o fez o PSDB com seu aliado PFL (DEM). Não é possível uma democracia no Brasil que não seja oligarquizada. O que Dirceu concebeu e levou o PT a executar foi contrair alianças e conluios políticos com partidos antes execrados e considerados um obstáculo para a democratização do Estado. Os petistas foram embalados pela heresia porque era a única forma de governar e de se consolidar como partido burguês. Com a máquina do Estado nas mãos, pôde arregimentar todos os partidos que procuravam

um lugar ao sol, não importando sua identidade. Essa ampliação de aliança levada a cabo por um partido que se propunha a democratizar o Estado e estabelecer um governo democrático e popular é genuinamente petista. O uso da máquina do Estado pelo PT para beneficiar os apaninguados não tem nada de original.

Quanto a José Genoíno, o homem não tem a envergadura de José Dirceu. É um arrivista. Sua passagem pelo estalinismo lhe serviu para desembocar na social-democracia petista e dela se alçar ao parlamento, do parlamento a um cargo no Estado. É certo que José Dirceu, da ex-Ação Popular, trilhou caminho semelhante, mas como estrategista em busca do partido refor-

mista. Está, portanto, certa a reclamação de José Dirceu de que foi condenado por um tribunal de exceção.

O que José Dirceu não pode ocultar e nem se livrar é do fato do PT ter se metido a fundo nos meandros sujos da política burguesa. E ele, José Dirceu, com toda a direção do partido e com todos que nele permanecem estão atolados na podridão. Nenhuma instituição do Estado pode condenar o PT de ter ido ao fundo da fossa porque se armou da política de conciliação de classes e porque para governar teve de fazer o que todo partido da burguesia faz. Essa condenação histórica somente a classe operária tem como fazê-la por meio de seu partido revolucionário.

Violência urbana – sinal de decomposição capitalista

O governo federal ofereceu a Força Nacional de Segurança e o Exército ao governador Geral Alckmin para ocupar a favela de Paraisópolis, uma das maiores de São Paulo. Isso quando o secretário de Segurança do Estado havia ordenado o cerco da favela com 600 policiais, fortemente armados.

A proposta da presidente Dilma segue a experiência realizada no Rio de Janeiro com o modelo de pacificação, assim denominado pelas autoridades. O Complexo do Alemão e da Penha foi tomado por uma operação de guerra, levada a cabo pelas Forças Armadas, Força Nacional de Segurança, PM e tropa de elite.

O governo do estado do Rio (PMDB) e governo federal (PT), no entanto, constituem uma coligação que dirige o País. São Paulo, ao contrário, forma a base de apoio da oposição, do PSDB. Havia a presunção dos peessedebistas de que o mais poderoso estado da federação era auto-suficiente para tratar da segurança pública e que São Paulo não era o Rio de Janeiro, tomado pelo narcotráfico. Mas se sabia que não era bem assim.

Os mesmos males do Rio se encontram na megalópole paulista. As gigantescas favelas, as causas capitalistas da concentração da miséria, o negócio crescente do narcotráfico, a existência de quadrilhas bem armadas, o tráfico de armas, a corrupção policial, a venalidade dos politiquinhos, etc. não são particularidades cariocas. O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma versão do Comando Vermelho, uma das várias facções do crime organizado.

A matança de 2006, em São Paulo, pôs a nu até onde havia chegado a barbárie no estado mais rico e soberbo do Brasil. Agora, depois de doze anos, o PCC voltou a carga contra policiais: 88 mortos, neste ano. Em contrapartida, a corporação respondeu com chacinas. Em outubro, houve 145 assassinatos; em setembro, já havia ocorrido 135. Em dois meses, portanto, morreram vítimas de homicídio 280 pessoas. Boa parte resultou de execuções promovidas pela PM.

O governo do PSDB procurou minimizar o confronto, mas a escalada das mortes terminou por exigir do governo Dilma acenar com a mesma política aplicada no Rio de Janeiro. O secretário da Segurança de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, deu um não veemente, considerando politicagem de Dilma e do governador do Rio, bem como um acinte à polícia mais bem estruturada do País. Mas a “crise de segurança” falou mais alto.

Evidenciou-se que a ocupação da favela de Paraisópolis

pela PM não poderia ser garantia de interrupção da mortandade. O governo federal chamou a atenção do governador Alckmin, com toda delicadeza de quem não viola a autonomia estadual, de que afinal se trata da segurança nacional, do avanço do narcotráfico e da imagem internacional do País.

No momento em que o IBGE publica suas estatísticas, mostrando que a pobreza tem cedido, em que uma nova classe média vem surgindo e em que os brasileiros, afinal, estão resolvendo pendências históricas, no momento em que o governo petista se vangloria do combate à miséria, justamente neste momento a carnificina em São Paulo põe aos nossos olhos que 4 milhões estão mergulhados na mais profunda miséria, destes, 389.112 famílias abrigam-se nas favelas, 127.084 famílias, em cortiços e 318.372 famílias, em áreas ditas irregulares. Esses números explicam o crescimento de favelas, que em 2011 chegaram a 2.627, cadastradas pela Prefeitura.

A proliferação das favelas vem acompanhada de todo tipo de criminalidade. As mais variadas modalidades de crimes, a ousadia das quadrilhas e os brutais assassinatos são apresentados pelos porta-vozes da burguesia como se brotassem da maldade humana, da mente fria de bandidos, de gente que optou pelo caminho do crime. Os mais cautelosos se referem à pobreza como mãe da violência. Mas ocultam de onde ela vem. No entanto, a criminalidade e todas as deformações que vicejam ao seu lado não passam de consequências.

Nas situações em que o crime dá um salto de qualidade, expondo toda a sociedade à violência e ao medo – não somente os ricos, mas toda a população -, divisa-se a decomposição do sistema social de produção e distribuição de riqueza. Ou seja, evidencia-se a impossibilidade do capitalismo erradicar seus males de origem e assim os agiganta na sua idade senil.

Tomemos o livro de Friedrich Engels, “A Situação da Classe Operária na Inglaterra”, de 1892. Na detalhada descrição dos bairros miseráveis das grandes cidades inglesas, encontramos uma constatação que mantém atualidade, 120 anos depois de sua publicação. Refere-se à existência de uma “guerra social, a guerra de todos contra todos”. E uma conclusão: “Como nesta guerra social, o capital, a posse direta ou indireta dos meios de subsistência, é a arma com que se luta, é evidente que todas as desvantagens da situação recaem sobre os pobres. Ninguém se ocupa deles; lançados ao confuso torvelinho, devem abrir caminho como podem. Se são tão afortunados que encontram trabalho, isto é, se a burguesia lhes faz o favor de permitir-lhes enriquecê-la, receberão um salário que lhes permitirá apenas

ter a alma unida ao corpo; se não encontram trabalho, podem roubar, se não temem a polícia, ou passarem fome, e, todavia, neste caso, a polícia cuidará de que, morrendo de inanição, não estorvem demasiadamente a burguesia”.

Esse quadro de barbárie foi descrito no alvorecer da revolução industrial. O capitalismo nunca conseguiu dele se livrar, embora esteja distante de sua infância e repleto de riqueza. O que vivemos nestes meses de novembro e outubro, na cidade mais portentosa e cosmopolita do Brasil, é o retrato da “guerra social”.

A oferta do governo do PT de militarizar essa guerra de todos contra todos, que provém das leis de funcionamento do capitalismo e que serve à burguesia, indica o quanto os reformistas se transformaram em reacionários. Lula e, agora, Dilma, com uma mão dão esmolas aos miseráveis e com a outra os esmagam assim que se manifesta na forma do crime a barbárie capitalista.

As favelas abrigam criminosos forjados pela exploração, pela forma de reproduzir a vida e pela miséria, criminosos que

nelas nasceram e se criaram, mas os favelados não são criminosos, são coletividades acantonadas pelas duras condições de existência. Invadir as favelas é um ato de inculpação de todos os moradores e de terrorismo de Estado.

Os verdadeiros responsáveis pela criminalidade – que inclui a matança de policiais e as chacinas por eles desfechadas – se encontram nos bairros ricos e nobres da cidade. As favelas são apenas a sementeira das misérias humanas, os semeadores são os exploradores, que têm suas propriedades e riquezas muito bem protegidas pelo Estado.

Os governos do PT e PSDB estão prestes a se darem as mãos para imporem às favelas de São Paulo a ocupação militar. Os trabalhadores e a juventude devem rechaçar a militarização da vida social e levantar um programa de reivindicação de defesa da maioria nacional oprimida.

Fora a polícia das favelas!

Por um plano de trabalho, emprego, escola e saúde para as massas atormentadas pela miséria!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Governo do PT, entregue as terras aos Guaranis-kaiowás

Confinados em um acampamento de dois hectares, acosados pelos fazendeiros e aterrorizados por jagunços, os guaranis-kaiowás resistem à ordem de reintegração de posse das terras reivindicadas. Os indígenas decidiram ocupar essa pequena área coberta de mata, cansados de esperar a demarcação prometida pela Constituição de 1988. Reivindicam que a fazenda Cambará, de 700 hectares, no município de Iguatemi, Mato Grosso de Sul, lhes seja entregue.

Os guaranis-Kaiowás denominam o local de Pyelito Kue, ou seja, terra dos ancestrais. De fato, os indígenas foram sendo expulsos das terras pelos fazendeiros para dar lugar à propriedade privada, no processo de expansão do capitalismo. O Mato Grosso abriga a segunda maior população originária, que vive como indigente. Trata-se da opressão capitalista branca sobre as etnias índias, entre elas os guaranis-kaiowás.

A solução do Estado burguês para o processo de colonização agrária, que se deparou com as comunas primitivas no meio de seu caminho, foi a de confinar os indígenas em reservas. Essa ofensiva tirou dos indígenas os meios da economia natural, fonte de existência. Em seu lugar, a burguesia e seus governos reservaram-lhes a condição de dependentes e pedintes.

Os guaranis-Kaiowás, mais recentemente, chamaram a atenção pela quantidade de suicídios entre os jovens desorientados e tomados pela miséria. Há mais de 40 mil membros dessa etnia no Mato Grosso do Sul. Nos últimos dez anos, 555 preferiram a morte à miserável sujeição. Os suicídios são, na realidade, assassinatos. Resultam da brutal opressão social. Devemos dizer claramente: a burguesia dizimou os indígenas para implantar o capitalismo e continua a dizimá-los para manter o regime de exploração e opressão de classe.

Numa petulância sem tamanho, desfaçatez e ignorância típica dos brutos latifundiários, a advogada Luana Ruiz Silva defendeu a expulsão dos guaranis-kaiowás nos seguintes

termos: “Há um sentimento de culpa na sociedade em relação aos índios. Como há com os negros. Mas os proprietários das fazendas estão na área há mais de um século”. O sentimento de culpa é criado por agentes da burguesia e da pequena-burguesia - ONGs, religiosos, etc., que se arvoram defensores dos originários. Não se trata de culpa, mas de prolongamento da opressão burguesa, quando há muito ficaram para trás as condições históricas do capitalismo colonial.

A burguesia não encontrou outro método para penetrar seu novo regime social, diante da resistência indígena, senão o da violência. Não teve como destruir totalmente as etnias depois de mais de 500 anos de colonialismo e desenvolvimento capitalista. Os indígenas não têm outra solução a não ser lutar pela sua sobrevivência. E a sua existência depende da luta pela terra.

A reivindicação que exige o cumprimento da Constituição, que previa demarcar as áreas em cinco anos, resulta em confronto com os latifundiários, madeireiros e agroindustriais. Um dos pontos de choque está na área da fazenda Cambará.

Correu a notícia de que havia a promessa de suicídio coletivo no acampamento, caso a polícia fosse cumprir o mandado de reintegração. O que foi desmentido pelas lideranças, que prometem morrer lutando. Esse é o caminho.

Trata-se de fortalecer a campanha de defesa do direito dos guaranis-kaiowás à terra. Que o governo Dilma (PT) imediatamente exproprie sem indenização as terras que os fazendeiros usurpam e as entregue aos guaranis-kaiowás. O Partido Operário Revolucionário se coloca inteiramente do lado das etnias oprimidas. Defende incondicionalmente a reivindicação dos guaranis-kaiowá. Faz um chamado à classe operária para que assuma as bandeiras dos povos oprimidos, pelo direito à autodeterminação.

Somente o proletariado organizado e em luta contra a classe capitalista poderá encontrar a solução definitiva

para os indígenas. A continuar sob o capitalismo, o destino das etnias é o de se degradar mais e mais até a sua extinção na mais absoluta miséria. O programa revolucionário do proletariado exige que a maioria oprimida da nação, da qual faz parte o que resta das inúmeras etnias, se una para derrubar a classe capitalista do poder e transformar a grande propriedade dos meios de produção em propriedade social.

Bahia

Realizada em Salvador a formação política do POR Nordeste

Nos dias 13 e 14 de outubro, foi realizado o Encontro da Regional Nordeste para Formação Política de seus militantes e contatos. O encontro foi aberto com um balanço sobre o caráter das eleições burguesas e os dados sobre o primeiro turno das eleições no Nordeste, em especial na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Destacou-se sobretudo a defesa do voto nulo programático pelo Partido Operário Revolucionário (POR), a formação de comitês do voto nulo e as atividades realizadas nos estados, como debates e panfletagens. Na abertura das atividades, chamou-se a atenção para a atual crise econômica do capitalismo, com destaque para o alto grau de endividamento dos países, para as medidas de ataque à vida das massas empreendidas por seus governos (pacotes de austeridade fiscal) e para o acirramento da luta de classes na Europa. A crise capitalista, no Brasil, encontra no governo do PT, fortemente apoiado pela burocracia sindical, o socorro ao capital através de pacotes fiscais e econômicos de estímulo a bancos e ramos da indústria. É nessa conjuntura de crise internacional que ocorre mais uma disputa eleitoral no país, através da qual as diversas frações burguesas lutam entre si para garantir o controle do Estado burguês e arregimentar as massas em torno das ilusões na democracia burguesa. O POR compareceu nas eleições com a tentativa de construção da frente de esquerda em Natal, que se baseasse em plenárias, debates e decisões coletivas, além de um programa que expressasse as necessidades elementares dos explorados. A tentativa foi frustrada pelos acordos de cúpula entre PSTU e PSOL. Na impossibilidade de constituição de uma frente de esquerda de luta, o POR defendeu o Voto Nulo Programático como instrumento de denúncia da farsa eleitoral e de defesa do programa revolucionário.

O balanço das eleições municipais deixou claro que, na Região Nordeste, o PT e o PSB foram os partidos da ordem burguesa que saíram vitoriosos. Arregimentaram, através de filiações de candidatos anteriormente ligados aos partidos tradicionais (DEM e PMDB), os votos que pertenciam no passado recente às oligarquias latifundiárias. Nessa corrida eleitoral, a aliança com o PMDB foi o fiel da balança em diversos estados. Para o avanço eleitoral do PT e PSB foi utilizada largamente a máquina pública dos estados e da união. No campo da esquerda, PSOL e PSTU tiveram pequeníssima vantagem eleitoral. O PSTU elegeu uma vereadora em Natal (Amanda Gurgel) e o PSOL elegeu vereadores em Fortaleza, Natal e na Bahia. O desempenho eleitoral do PSOL em algu-

Um governo operário e camponês assegurará o direito à autodeterminação dos indígenas e criará as condições para preservar a sua integridade sociocultural. Toda luta contra os latifundiários e seu Estado opressor é um passo no sentido da nova sociedade sem exploradores e explorados!

Viva a luta dos guaranis-kaiowás!

Pela imediata entrega das terras aos guaranis-kaiowás!

Pela autodeterminação das etnias indígenas!

mas disputas refletiu uma guinada ainda mais à direita (por exemplo, em Macapá, aliou-se ao PRTB e ao PPS). Recebeu financiamento de setores burgueses e há denúncia de envolvimento de dirigentes da legenda (Martiniano Cavalcante e Elias Vaz) no esquema do bicheiro Carlinhos Cachoeira. Reafirmou-se que o rompimento do PSOL com o PT não foi estratégico nem programático, nem sequer “moral” como costumam reivindicar. Para o PSTU, o período eleitoral serviu para divulgar o seu programa. Em Natal, superdimensiona a força política de Amanda Gurgel, que nunca foi um quadro militante do partido. As campanhas de filiações aleatórias expressam a negação da estrutura leninista de partido, apesar de argumentarem o contrário. Percebe-se que, apesar de sua crítica pontual ao PSOL, a tendência do PSTU é de se adaptar cada vez mais à política deste partido, em busca de vantagens eleitorais.

Feito o balanço regional das eleições municipais, passou-se à discussão do programa do POR (versão de 1993). O programa foi discutido ponto a ponto e as sugestões foram encaminhadas para a Coordenação Regional. As sugestões de atualização trataram, principalmente, de acrescentar as informações referentes ao período posterior à elaboração do programa em questão (1993 a 2012). Destacam-se: a desagregação da URSS e do Leste Europeu e o processo de restauração capitalista; o avanço da restauração na China e Cuba; os governos nacional-reformistas da América Latina; o período de governo FHC e os dez anos do reformismo petista no poder (Lula e Dilma); a crise capitalista de 2008 e o ascenso da luta de classes no Norte da África e na Europa. Outras sugestões versaram sobre a necessidade de maior caracterização programática das correntes centrista, reformista, estalinista, além de se realizar um balanço histórico do trotskismo no Brasil. O Partido Operário Revolucionário concluiu, assim, na Região Nordeste, mais uma atividade de formação política de seus militantes e contatos. Trouxe para a discussão não apenas as questões gerais de cada tema, mais a experiência do próprio partido nos estados em que está presente. O encontro evidenciou, a partir das discussões sobre as eleições e do programa do POR, a necessidade de atualizá-lo à luz das experiências e do desenvolvimento do próprio partido e da luta de classes. Restou claro que o POR é um partido vivo e cada vez mais engajado nas lutas dos explorados. Atualizar o seu programa corresponde à tarefa de manter o seu vigor e o seu compromisso com a luta revolucionária.

Nesta edição:

- Bolívia / Desponta novo ascenso das massas
- Argentina: a pobreza não retrocede
- Argentina: tendências fundamentais e o desenvolvimento das condições sociais, no contexto da crise econômica e política do país
- Operários precisam resistir contra o desemprego na Europa
- 95 anos da Revolução Russa
- Julgamentos intermináveis (Trotsky)

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia / Desponta novo ascenso das massas

Distintos setores sociais se lançam novamente à luta. Associações e transportadores rechaçam o projeto de lei de extinção de domínio em favor do Estado dos bens nos casos de narcotráfico, contrabando e enriquecimento ilícito. Transportadores e comerciantes inevitavelmente estão em contato com essas atividades sem ser diretamente responsáveis, ainda que cúmplices em muitos caos. Sentem-se ameaçados pela lei draconiana. Não acreditam mais no governo e em suas afirmações no sentido de que de nenhuma maneira a lei os afetará.

Trabalhadores fabris estão mobilizados contra a Lei de Pensões, que qualifica de Lei Maldita. Em La Paz, protagonizaram uma massiva e combativa marcha. Em Cochabamba, fizeram um enterro simbólico da Lei Maldita. A reivindicação é aposentadoria com 100% do salário.

Mineiros de Andacaba (Potosi) dão ultimato à empresa Arisur e ao governo. Os mais de 130 trabalhadores da empresa se encontram em greve, porque estão há mais de dois meses sem o pagamento de seus salários. Exigem da empresa Arisur o cumprimento de seus direitos trabalhistas, cancelamento das AFPs e da Caixa de Saúde e a realização de um investimento na jazida para retomar a extração e garantir o emprego.

Ameaçam com bloqueio das estradas e com a *Ocupação da Mina*.

O governo do MAS, mentiroso e demagogo, se curva diante das multinacionais e da burguesia entreguista

Evo alcançou a estatura de Goni, Banzer, Paz Zamora nos atos de corrupção, narcotráfico e entreguismo. Da mesma forma que seus antecessores, entrega o futuro dos bolivianos às multinacionais, ao imperialismo, e aos empresários impotentes, burgueses entreguistas e aos seus sujeitos negócios.

Já não surpreendem as mentiras dos inquilinos do palácio que começaram chamando a si próprios de “revolucionários”, para concluir presenteando as minas, hidrocarburetos e até territórios como o dos TIPNIS aos que exploram, saqueiam e não deixam nada na Bolívia.

Esses indivíduos que têm a bolsa estufada com o dinheiro estatal, sem se envergonharem fazem declarações mais incríveis: “Temos a melhor economia dos últimos 100 anos”. “Vamos fazer uma revolução educacional e na saúde”. “Erradicaremos a pobreza”, “acabaremos com a corrupção”, etc. Mas, para a maioria dos explorados bolivianos que conseguem o pouco que têm trabalhando até se arrebentar, não passa de um gover-

no hipócrita e mentiroso capaz de perseguir com o microscópio os comerciantes, ambulantes, professores, médicos, indígenas, assalariados, etc. acusando-lhes de mil crimes, quando as autoridades do governo são fisgadas a cada semana nas bebedeiras, nos volteios e em todo tipo de atos delinquentes. É claro que os delitos mais graves são legais, ocorrem no Palácio e no Parlamento. Como entregar as minas aos empresários exploradores, que nem impostos pagam, só porque se chamam a si mesmos de sócios, “cooperativistas” e conseguiram votos para o governo. O jornal Massas cumpriu sua tarefa de mostrar que o MAS é uma obra da burguesia diante do fracasso dos partidos tradicionais, MIR, ADN, MNR, PCB, etc. Agora, o que falta é fazer com o MAS e com que restou dos partidos (UN, MSM) o que não fizemos com seus pais: arrancar-lhes o poder fazendo a Revolução Social, impondo um Governo Operário e Camponês.

A Revolução Social é a estatização das minas, hidrocarburetos de todas as grandes propriedades privadas da burguesia entreguista boliviana (empresários e latifundiários) e do imperialismo (multinacionais), sem pagar indenização. Como propriedade social, dará pão e trabalho a todos, sob o controle e operários e camponeses. Este é o socialismo, caminho para o Comunismo.

Por um governo operário e camponês ou a ditadura do proletariado. Somente haverá democracia para a maioria oprimida impondo uma ditadura contra os que nos oprimem. É o caminho da Assembleia Popular de 71, governarmos a partir dos cabildos abertos e assembleias de representantes revogáveis. Ao diabo com as eleições.

Lembremos a todos os que morreram lutando contra a opressão e a exploração na Bolívia!

Recuperemos a COB, federações e confederações das mãos dos burocratas vendidos. Organizar a luta a partir das bases nas assembleias e comitês de greve.

Pelas Teses de Pulacayo e pela independência sindical

Fortalecer-se nos próximos combates com pactos intersindicais

Por trabalho permanente e um salário mínimo vital com escala móvel! Que cubra o custo familiar e que suba com este.

Viva a autodeterminação das nações oprimidas!

Abaixo Evo, inimigo das massas e de suas conquistas!

Derrotar a burguesia entreguista e expulsar as multinacionais!

Com o Partido Operário Revolucionário ao socialismo!

Revolução e ditadura proletárias!

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.287, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

A pobreza não retrocede

Salários e aposentadorias devem se reajustar todos os meses, de forma automática, de acordo com a inflação real

A comissão ATGE (Associação dos Trabalhadores do Estado) do Indec integrada por técnicos afastados da direção estatística, asseguram que a pobreza supera 18% da população (4.583.000 pobres e 1.000.000 de indigentes), tomando por base os indicadores da cidade de Rosário.

Eles próprios elaboraram um *custo familiar alternativo*, utilizando a denominada cesta de consumo mínimo, que a Direção Estatística da Cidade de Buenos Aires elaborou em 2008, atualizada em 2011; segundo este cálculo, a pobreza atingira 37,4% das pessoas.

O Indec confirma somente 6,5% de pobreza, mas ao mesmo tempo informa que 3.600.000 lares (cerca de 30% da população) vivem com menos de 3.200 pesos por mês. Este número por si só é uma confirmação de que pelo menos esses 30% da população vivem em condições de pobreza. Se a estimativa do custo real da cesta familiar já se aproxima dos 7.000 pesos, podemos concluir que todos os cálculos oficiais, privados, opositores, se tornam pequenos diante da estimativa do nível de pobreza.

A redistribuição dos recursos, que apregoa o governo nacional, não chega à maioria da população, que continua sobrevivendo, suportando uma inflação galopante. A redistribuição se limita, cada vez mais, a colocar a mão no bolso dos trabalhadores para melhorar um pouco a situação daqueles que têm menos recursos. Salários que nem sequer conseguem cobrir o custo familiar são atingidos por impostos como se fossem lucros, reduzindo a renda familiar. Cada vez mais trabalhadores da iniciativa privada e públicos são obrigados a se inscrever como autônomos e se registrar pelo seu trabalho como se fossem trabalhadores autônomos.

O congresso tem seu próprio índice de preços. Por que razão não exige que se estabeleça o salário mínimo no valor do custo familiar e não o ajusta todos os meses? Para que lhe serve fazer o cálculo da inflação? O Congresso e suas leis são impotentes para resolver um dos aspectos mais graves e urgentes que afetam a economia popular. Eles também enganam todos os trabalhadores.

Nem sequer teriam de fazer uma nova lei. Diz a Constituição Nacional, artigo 14, e a lei sobre o salário mínimo vital e móvel:

Artigo 14 da Constituição Nacional: *O trabalho em suas diversas formas gozará da proteção das leis, que assegurarão ao trabalhador: condições dignas e equitativas de trabalho, jornada limitada; descanso e férias pagas; retribuição justa; salário mínimo vital móvel; igual remuneração para igual tarefa; participação nos lucros das empresas,*

com controle da produção e colaboração na direção, proteção contra as demissões arbitrárias; estabilidade do empregado público; livre organização sindical e democrática reconhecida por uma simples inscrição em um registro especial. Fica garantido aos sindicatos: negociar acordos coletivos de trabalho; recorrer à conciliação e a arbitragem; o direito de greve. Os representantes sindicais gozarão das garantias necessárias para o cumprimento de sua gestão sindical e as relacionadas com a estabilidade de seu emprego. O Estado outorgará os benefícios da previdência social, que terá caráter integral e irrenunciável. Em especial, a lei estabelecerá: o seguro social obrigatório, que está a cargo de entidades nacionais ou provinciais com autonomia financeira e econômica, administradas pelos interessados com a participação do Estado, sem que possa existir superposição de contribuições; aposentadorias e pensões móveis; proteção integral da família; a defesa do bem da família; a compensação econômica familiar e o acesso à moradia digna para viver”.

“Lei do salário mínimo, vital e móvel: No dia 15 de junho de 1964 se publica no Boletim Oficial a Lei 16.459 do salário mínimo, vital e móvel, previa a formação do Conselho do Salário, integrado por representantes do governo, dos empresários e dos sindicatos. Entre os objetivos do projeto figuravam a necessidade de `evitar a exploração dos trabalhadores naqueles setores nos quais possa existir um excesso de mão-de-obra`. `assegurar um ganho mínimo adequado` e `melhorar os salários dos trabalhadores mais pobres`.

Essas leis existem graças à dura luta de décadas dos trabalhadores, aqui e em todo o mundo. Os legisladores incorporam as reivindicações como direitos para poder contribuir também com a ideia de que sob o regime capitalista é possível satisfazer os direitos de todos. Prontamente, os capitalistas as desconhecem ou tratam de passar por cima delas`.

Para que o salário mínimo **seja vital**, tem de cobrir as necessidades mínimas de uma família e para que seja efetivamente **móvel**, deve ser reajustado todos os meses de acordo com a inflação real.

Não são as leis, não é o Congresso, nem é a Justiça que poderão garantir esses direitos elementares dos trabalhadores. Somente a ação direta das massas pode impô-los. Unidas, golpeando com um só punho, passando por cima de todos os burocratas miseráveis, que têm pactuado um salário mínimo vital e móvel que só dá para viver por 15 dias.

Extraído do Jornal Massas, nº 266, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina

Argentina

Breves apontamentos para analisar as tendências fundamentais e o desenvolvimento das contradições sociais, no contexto do aprofundamento da crise econômica e política do país

A crise econômica, até agora, alcançou sua máxima expressão na luta política que se dá no terreno legal do Parlamento, nas campanhas públicas, nas alianças e blocos que se armam e desarmam com vistas às eleições de 2013. Mas ao mesmo tempo em que as relações mútuas entre as diferentes frações burguesas se rompem, desenvolve-se o ataque às condições de vida e trabalho das mas-

sas. A diferença entre essas frações está em saber como e quando recrudescê-lo.

Surgem e reproduzem paralisações e greves radicalizadas em diferentes setores e ramos da produção e nos serviços. O choque com as patronais impulsiona a constituição de tendências classistas que começam a quebrar o controle burocrático. O problema está em

Lucas Martinez

que as lutas não conseguiram ainda se estruturar nacionalmente em um movimento conjunto dirigido contra o capital e seu Estado, sob um plano e comando únicos. Por isso, não se deve surpreender que as manifestações políticas da crise se mantenham limitadas, sob a forma de disputas interburguesas nos marcos de suas instituições e de acordo com os métodos da democracia burguesa.

Configura-se nos fatos uma situação de equilíbrio instável, que as frações burguesas em choque procuram mantê-la até 2013. Enquanto essa situação não se resolve e uma das frações burguesas não se impõe, centralizando o aparato do Estado e disciplinando as outras frações burguesas, os ataques mais bárbaros contra as massas se postergam à espera de melhores condições.

A blindagem econômica frente às tendências da crise mundial

Em 2009, Cristina Kirchner, baseando-se no amplo campo de manobra que lhe outorgava a acumulação de capital e divisas dos anos anteriores, pretendeu fixar a tese da “blindagem argentina” frente à crise mundial. Dois anos depois, se viu obrigada a aplicar medidas econômicas para evitar, o pelo menos retardar, sua manifestação mais aguda e bárbara na economia nacional.

A pressão da crise capitalista mundial sobre as fronteiras nacionais se tornou avassaladora. Sua voracidade destruidora do comércio mundial, contraindo violentamente os mercados, paralisando as forças produtivas mundiais e destruindo as condições de vida dos explorados por todo o planeta, empurrou o kirchnerismo para medidas de defesa do “modelo”. Entre elas, não poucas limitaram negócios e empresas lucrativas de diversos monopólios estrangeiros.

A expropriação de 51% das ações da YPF; a regulamentação do mercado energético elétrico, de seus investimentos e a fixação de seus lucros; a intervenção ou estatização de uma grande parte das redes de transporte ferroviário; assim como as mais recentes intervenções e ampliação do controle estatal sobre o mercado das seguradoras de risco de trabalho (ART) ou sobre a Bolsa de Valores, obrigando-as a reinvestir até 30% de seus investimentos financeiros em aplicações produtivas (principalmente em infraestrutura, em indústrias manufatureiras e na produção de petróleo), ainda que pudessem passar como medidas de soberania econômica e política frente aos monopólios, nos fatos se constituíram em reconhecimento da impossibilidade de salvar o país de sua decomposição, de livrar sua economia do jogo da anarquia capitalista, que tem levado a economia mundial à bancarrota.

A radicalização política da pequena burguesia aprofunda a crise nacional

A reação não fez por esperar. O imperialismo ianque e europeu bloquearam créditos e empréstimos. Emitiram dezenas de declarações diplomáticas contra o “estatismo” kirchnerista. Muita tinta imprimiu em grandes letras a acusação de “insegurança jurídica” para os negócios privados. As agências imperialistas que qualificam os riscos rebaixaram as notas do país (o que equivale exigir taxas usurárias). Os jornalistas pagos alimentaram a ilusão de que se poderia, enfim, unificar a oposição burguesa e olharam com esperança as rupturas que se operavam no seio do partido do governo; principalmente, apostavam na ruptura da CGT para debilitá-lo. Finalmente, apoiaram as greves da polícia lhe dando grande tempo na mídia ao confronto da tropa com o governo, como um instrumento de peso para ampliar a fratura com seus comandos políticos, “pressionando” (utilizando a seu favor a gre-

ve das armas) o regime kirchnerista para depois dobrá-lo.

A maior esperança se resumia na possibilidade de mobilizar e logo cooptar uma grande parcela da pequena burguesia arruinada ou afetada em seus interesses pelas medidas do kirchnerismo. As frações burguesas mais entrelaçadas à reação e aos monopólios imperialistas pretendiam aproveitar-se de sua acelerada politização para ganhá-la para suas posições e interesses. Viam entusiasmados os últimos panelaços contra o governo, que cresceram em número e em exigências. A reedição de uma “aliança nacional” do tipo de Capriles (Venezuela) é um sonho da direita e da oposição burguesa do país.

Do lado do kirchnerismo, coloca-se uma fração da pequena burguesia mais arruinada, servindo como tropa de choque e base de apoio do governo nacional. Faz parte desse bloco a nova burocracia estatal (Unidos e Organizados, A Cámpora, etc.), que vive a custa do Estado e ocupa importantes postos nas empresas estatais, assim como movimentos dos piqueteiros e dos bairros (Movimento Evita, Tupac Amaru, FTV e outros) comprados pelos subsídios e planos sociais.

Um dado se repete. Está ausente o proletariado organizado como classe e estruturado politicamente em partido perante ambas frações burguesas, não podendo assim disputar com a burguesia a direção política da pequena burguesia. A radicalização pela direita de uma grande fração desta classe se explica pela ausência do proletariado no cenário nacional como classe independente.

“Viver com o nosso” ou arte de esgotar massas aguentando o pior da crise

A crise na Argentina demonstra a interdependência da economia e da política semicolonial dos vaivens cíclicos em que se desenvolve o capitalismo mundial. As medidas kirchneristas estão ditadas pela força das contradições criadas nas bases materiais do regime capitalista.

Ainda se festejava a esmagadora vitória eleitoral de outubro do ano passado, quando o furacão da crise varreu, um a um, os índices de crescimento e os impotentes obstáculos comerciais erguidos pelo kirchnerismo. A inflação continuou corroendo a capacidade de compra dos salários e só foi parcialmente freada com o disciplinamento da fuga de dólares e com o limite às importações. Acentuou-se a queda nos volumes das importações e exportações, expondo a dependência fiscal aos dólares que provêm da exportação da soja. Aumentou o peso das importações de combustíveis e energia, elevando seus volumes e preços que ampliaram, por sua vez, o déficit na balança de pagamentos. Os investimentos em infraestrutura e exploração do petróleo e gás - dois dos pilares do discurso nacionalista do kirchnerismo - se sustentam fundamentalmente expropriando os fundos de pensão mediante a compra de ações empresariais ou bônus do Tesouro que se ajustam aos índices de inflação emitidos pelo governo. Introduzindo desse modo uma rápida desvalorização dos ativos do ANSES e pronunciando sua insolvência no futuro.

Em resumo, seja assumindo dívida investindo nos fundos de pensão em empresas estatais e privadas ou pondo um teto ao salário com as paritárias de acordo com os índices inflacionários falsificados pelo governo, se agiganta a dívida pública interna e a transferência de recursos dos bolsos operários e populares para as mãos dos capitalistas nacionais e imperialistas. O lema “viver com o nosso”, tantas vezes enaltecido e utilizado pelo nacionalismo burguês, se traduz em um processo de pauperização de toda a na-

ção a custa do enriquecimento de um reduzido grupo de pequeno-burgueses arrivistas, de capitalistas amigos do poder, de certas frações monopolistas imperialistas e do setor mais concentrado e poderoso da oligarquia financeira, que recebe em dólar e drena recursos que escasseiam no país.

A gravidade da crise de direção revolucionária

Para as diversas frações burguesas, trata-se de saber quem carregará, finalmente, nos ombros o maior peso da crise. E qual de suas frações poderá abrir mão de uma maior porção da mais-valia nacional, no momento em que a taxa média de lucro nos países imperialistas caem.

Se de um lado assistimos os interesses que colocam em choque as frações imperialistas pela apropriação da mais-valia mundial, de outro evidencia a desorganização do proletariado e dos oprimidos do mundo, que não contam com os partidos revolucionários e a IV Internacional, para enfrentar a burguesia com a ação internacionalista.

Manifestam-se, assim, no interior das fronteiras nacionais as contradições que colocam em choque um imperialismo contra outro na disputa pela mais-valia, pelos mercados e pelas matérias-primas do mundo; e todos unidos contra as massas quando se propõem aprofundar a exploração operária, a destruição de suas conquistas e direitos, ou saquear as semicolônias.

As medidas kirchneristas não são mais do que reflexo político de um impotente governo, que se mascara de nacionalista, diante dos fatos consumados e impostos pelo conjunto da situação econômica e política mundial.

Os bandos capitalistas sabem que não será possível vencer sem que atraiam à suas alianças as burocracias sindicais e que re-

primam aquelas que escapam de seu controle. As fraturas na CTA e na CGT resultam logo em cenário da disputa interburguesa pelo controle dos aparatos burocráticos e para colocar o movimento operário por trás de uma ou outra fração dos exploradores.

Nas últimas décadas, foram acumulando lenta e gradualmente as contradições gestadas no terreno da economia argentina. Apesar das contradições sociais se agigantarem, estas não irromperam no terreno da luta de classes entre os polos antagônicos da sociedade.

A classe operária e os demais oprimidos não têm intervindo com sua própria política, elevando a luta reivindicatória e econômica mais imediata ao campo da luta política aberta contra a burguesia e seus governos. A tarefa mais urgente se expressa na necessidade de romper o bloqueio burocrático, estender e generalizar as lutas setoriais, construir as frações revolucionárias em todas as organizações das massas e pôr em pé um movimento nacional unificado sob uma plataforma reivindicatória comum e um plano de luta, baseado nas consignas vitais das massas e dos métodos de ação direta. Nesta luta, coloca-se uma severa campanha contra o divisionismo burocrático e pela constituição de uma única central operária, democrática e revolucionária.

Disso dependerá a sorte das massas que, nesse momento, assistem à disputa interburguesa sem poder tirar proveito da situação crítica nacional. O caráter embrionário de sua direção revolucionária, o POR, não permite que o proletariado se levante como classe independente. Seu fortalecimento organizativo e a ampliação de sua presença física no seio dos explorados é fundamental para avançar na tarefa de superação da crise de direção, reunindo o que há mais lúcido da vanguarda e se soldando com a luta instintiva do proletariado.

Operários precisam resistir contra o desemprego na Europa

Ainda que manifestações continuem ocorrendo em várias partes da Europa, como vimos no mês de setembro em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, as direções sindicais têm permitido trégua após trégua para a classe capitalista e para os governos de plantão. Lembremos que depois dessas grandes manifestações, as principais Centrais sindicais de Portugal e Espanha marcaram nova greve geral, por tempo determinado, apenas para 14 de novembro.

Enquanto isso, as principais montadoras do continente e que atuam em todo o mundo, anunciaram no fim de outubro um fechamento coordenado de fábricas na região. Milhares de operários serão demitidos da Ford, Renault, Peugeot, Fiat, Iveco e Opel; a partir delas, outras fábricas, como siderúrgicas que vendem às montadoras, como a ArcelorMittal, também anunciaram cortes e fechamento de fábricas. Trata-se de plantas industriais na França, Bélgica, Grã-Bretanha, Itália, Áustria e até Alemanha. É certo que o fechamento destas fábricas acarretará o fechamento de outras dezenas, que fornecem peças para essas, o que concretamente coloca a possibilidade de as dezenas de milhares de operários desempregados se transformarem em centenas.

Peugeot abre o caminho e governo francês ajuda os capitalistas

Em julho, a Peugeot havia anunciado o fechamento de duas

fábricas de Aulnay e de Rennes, nas proximidades de Paris, que resultaria em demissão de 8 mil operários. O governo francês imediatamente reagiu e, como nos EUA em relação à GM, criou um plano de ajuda à multinacional. Passados três meses, o pacote de “incentivo” foi fechado em torno de 7 bilhões de euros dos fundos públicos, o que inclui injeção direta de capital na montadora, bem como subsídios para a compra dos veículos e mesmo compra direta de carros pelo governo.

A Peugeot-Citroën tem reunido sindicalistas e governos e feitos ambos trabalharem em prol de seus objetivos de manter a sua rentabilidade e preservar seu espaço no mercado europeu. Nenhum acordo foi fechado e a empresa coloca a necessidade de “recolocação”, “recapacitação profissional” e verificar a situação dos operários “sêniores”. O objetivo é claro: em troca da farta ajuda, manterá uma parte em situação de maior exploração, desempregará os mais antigos e contará com a ajuda dos sindicalistas que não se oporão ao “menor dos males”.

A outra grande empresa com sede no país, a Renault, seguiu os passos da Peugeot. Em coletiva, no Salão de carro de Paris, anunciou que também pretende fechar fábricas para se readaptar às atuais “demandas” do mercado europeu, e, sobretudo, do mercado francês, sua principal base de vendas.

Embora não se fale ainda de números e das fábricas que poderiam ter sua produção diminuída ou paralisada comple-

tamente, a Renault aproveita o clima de demissão em massa para anunciar as suas intenções de forma a barganhar com o governo e para arrefecer a revolta dos operários, submetidos à política de “pressão” dos sindicatos.

Ford enfrenta a crise com demissão e “reestruturação produtiva”

Diferente da GM, a Ford não contou com a ajuda governamental, mesmo assim conseguiu diminuir as perdas e voltar a dar lucros no mercado norte-americano. Para isso, fechou fábricas, demitiu trabalhadores, penhorou ativos e reestruturou suas unidades produtivas. Considerada exitosa nos EUA, pretende seguir os mesmos passos na Europa, que responde por mais de 25% de suas vendas mundiais.

Por isso, pretende reduzir a produção da Ford Europa em 18% com um número aproximado de 6200 demissões. Uma unidade será fechada na Bélgica e duas na Grã-Bretanha. A produção de alguns carros será transferida para outras plantas; a da Bélgica, para a fábrica de Valência na Espanha e a produção de uma das fábricas da Grã-Bretanha (Southampton) será transferida para uma fábrica na Turquia.

O desemprego e a reestruturação passam por uma estratégia para manter a rentabilidade. Não se fala, portanto, de perdas atuais – mas de um recurso para evitar a diminuição da lucratividade. A transferência na montagem de alguns carros permite diminuir os gastos com a mão-de-obra. Fecham-se fábricas, demitindo milhares de operários, enquanto sobrecarregam-se outras, aumentando a superexploração dos trabalhadores ainda empregados.

A “ousadia” da Ford é vista com bons olhos pelo mercado especulativo. Ao contrário das críticas que são feitas pelos analistas burgueses, as empresas que ainda estão em fase de negociação com sindicatos e preveem demissões apenas para 2016, como a Volvo que ensaia um corte na produção na Bélgica, e a Opel (braço alemão da GM) que pretende fechar a unidade de Bochum, na Alemanha.

Também como parte de um plano de se ajustar à demanda atual, a Iveco, montadora de caminhões e subsidiária da Fiat, informou que pretende fechar cinco fábricas na Europa até o fim desse ano. Três países serão afetados: uma unidade na França, duas na Áustria e duas na Alemanha. Pelo menos, 1700 operários serão demitidos nesse processo. A justificativa da empresa é que ela prevê quedas nas vendas na Europa, na América Latina e no mercado chinês até o fechamento de 2012. A própria Fiat, em seu país sede, a Itália, fechou no ano de 2011 um fábrica na Sicília, e pretende fechar uma segunda fábrica no próximo período, como afirmou o presidente da companhia, Sergio Marchionne.

Outros setores serão afetados

Em maio de 2012, a ACEA, entidade que representa as montadoras europeias, apontou uma queda nas vendas de 8,4%, o que encerrava já um ciclo de oito meses em queda. De lá para cá, a situação não melhorou, o que acaba por arrastar outras indústrias ligadas às montadoras.

O anúncio da ArcelorMittal de que fecharia dois altos-fornos no nordeste da França é apenas uma ponta na cadeia de demissões que deve se seguir nos próximos meses. Com a siderúrgica, mais de 600 empregos serão destruídos. Os sindicalistas que representam o setor exigem uma ação do governo, logo, concluem com a política burguesa de subsídio público para os setores capitalistas.

A demissão na ArcelorMittal evidencia também a revolta instintiva que marca a classe operária, pois os trabalhadores, imediatamente após o anúncio, bloquearam o acesso à fábrica e soldaram a porta dos escritórios. A ação lembra as primeiras atividades da classe operária também na Europa, que quebravam máquinas e bloqueavam as fábricas. Se, por um lado, isso evidencia o instinto de revolta e resistência, por outro, demonstra o retrocesso histórico na organização da classe operária. Sem contar com direções revolucionárias, restam ações individuais, o lamento e a impossibilidade de partir para cima da classe dos capitalistas, que atuam para manter a lucratividade em período de crise econômica.

Superprodução e destruição de forças produtivas

Esse quadro de demissões é apenas uma parte do processo de destruição de forças produtivas que o modo de capitalista engendra, faz parte, portanto, de sua crise de superprodução. Os mercados não absorvem as mercadorias, a capacidade das indústrias é muito superior à demanda e o que se vê é o peso da crise sendo descarregado sobre o operariado. Ligadas direta ou indiretamente aos setores produtivos, outras camadas de trabalhadores são afetados com o desemprego, o subemprego e com as mazelas próprias do capitalismo de países atrasados, como a pobreza, a perda das moradias, e mesmo a fome.

A demissão de 13% dos trabalhadores da Ford na Europa demonstra a destruição da força viva do trabalho, enquanto a paralisação total ou parcial da produção evidencia a destruição das forças intelectuais da produção, objetivadas na tecnologia e ciência presente na grande indústria. Com demissões previstas até 2016 (mas que podem se prolongar com a extensão da crise), veremos ainda mais o processo de quebra das forças produtivas para se adequarem às mediócras relações de produção, mantidas atualmente por um punhado de capitalistas.

O processo de quebra é também, paradoxalmente, ligado à concentração de capitais, com a compra de empresas por outras. Em maio, por exemplo, a Fiat demonstrou ter interesse na compra da Opel, o que permitiria tornar a Fiat a segunda maior montadora da região. Mantêm-se as demissões, enquanto negócios a médio e longo prazo são arquitetados pelos agentes do capital.

O problema é que, no processo de quebras e fusões, de concentração de capitais, a questão da superprodução é colocada em um grau superior, o que propicia enxergarmos crises mais intensas no futuro, com aumento da exploração do trabalho e “reestruturação produtiva” (demissão em massa) para os próximos anos.

Superar as direções colaboracionistas e defender os empregos com os métodos da ação direta

Não há esperança fora da luta revolucionária contra as megacorporações, contra as multinacionais e contra os governos que as sustentam política e economicamente.

A defesa do emprego e dos salários não pode se dar nos marcos da pressão parlamentar ou das denúncias demagógicas que têm sido feitas pelos sindicalistas e Centrais. A classe operária europeia precisa se organizar a partir dos métodos da ação direta, com a determinação de quebrar a ação dos capitalistas. As greves por tempo determinado e isoladas não respondem à conjuntura posta.

A classe operária de todos os países afetados deve superar a crise de direção, o que significa concretamente construir seus partidos operários revolucionários, resgatando a tradição inscrita na luta de classes do continente.

95 anos da Revolução Russa

Em 25 de outubro, a revolução russa completou 95 anos. Pela primeira vez, o proletariado toma o poder, expropria a burguesia, transforma a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, liberta os camponeses da opressão latifundiária e rompe um dos elos da cadeia de opressão imperialista. A revolução russa comprovou historicamente a teoria econômica, social e política de Marx e Engels. A insurreição armada operária e camponesa, acompanhada de soldados e marinheiros, materializou o programa que consta no Manifesto do Partido Comunista e reviveu a heroica experiência revolucionária da Comuna de Paris de 1871.

A burguesia imperialista viu aterrorizada o Partido Bolchevique transformar a crise capitalista e a luta de classes em conquista do poder pelos explorados e implantação dos germens do comunismo. Tentou por meio da contrarrevolução inviabilizar o Estado operário e as transformações socialistas recém iniciadas. No entanto, com muito sacrifício, a revolução se firmou. Abriu-se, assim, um período de cerco capitalista voltado a isolar a União das Repúblicas Soviéticas, que para continuar com as transformações dependia que ocorressem outras revoluções, principalmente, na Alemanha. O mais difícil não era tomar o poder, mas construir o socialismo rodeado pelos inimigos mortais, como reconhecia Lênin.

A revolução russa entusiasmou o proletariado mundial. Permitiu que se reunisse força para pôr em pé a III Internacional. Esse monumental progresso ocorreu em poucos anos, de 1917-1924. Depois da morte de Lênin, Josef Stálin emergiu no seio do Partido bolchevique e do Estado Operário como uma fração revisionista, cuja tese fundamental foi a da possibilidade de construção do socialismo em um só país. Essa posição levou a um confronto no interior do partido entre o que configurou de estalinismo e trotskismo. O triunfo da fração estalinista decidiu a sorte da República Soviética, que acabou se desmoronando definitivamente nos anos 90 e impulsionando a restauração capitalista.

Não se pode comemorar o aniversário da revolução russa sem que faça parte da luta contra o estalinismo e a restauração burguesa, que acabou retrocedendo gloriosas revoluções como na Hungria e na China.

Publicamos um texto de Leon Trotsky, redigido em 1929, dedicado ao 12º aniversário. Os trabalhadores, a juventude e os militantes encontrarão sintetizada a luta da Oposição de Esquerda Russa contra a política anti-internacionalista do estalinismo. Encontrarão a explicação marxista sobre os perigos da restauração capitalista, que desgraçadamente se confirmaram em nossos dias. O retrocesso reflete uma das derrotas mais ampla e significativa da classe operária. No entanto, não vai além de uma derrota. O capitalismo continua sua marcha de desintegração, iniciada no começo do século XX, quando assumiu a etapa de seu desenvolvimento último, que é o imperialismo. As revoluções do século XX e as experiências realizadas em um período de mais de cinquenta anos permanecem acumulados. Serão retomados e reconstituídos pelo proletariado, que superará sua crise de direção. Nossa tarefa é a de contribuir para que do profundo retrocesso se levante uma direção marxista mais sólida.

Viva a Revolução Russa! Abaixo a restauração capitalista! Destruamos o capitalismo com a revolução proletária mundial!

O 12º aniversário de Outubro⁽¹⁾

O 12º aniversário encontra a República Soviética em uma situação em que os notáveis progressos se combinam com as mais graves dificuldades, e tanto uns como outros continuam avançando. Esta é a característica fundamental da situação e seu principal enigma.

A indústria avançou e continua trazendo conquistas sem precedentes sob o capitalismo. Muito menos significativo, mas também evidente, é o progresso agrícola desses últimos anos. Por sua vez, observamos um paradoxo absoluto; no mercado há uma severa escassez de mercadorias, que, apesar dos êxitos econômicos, persiste ano a ano e em determinados períodos se agudiza ao extremo. Apesar do rápido crescimento da indústria, faltam artigos manufaturados mais necessários. Mas o que é especialmente crítico e intolerável é a escassez de produtos agrícolas, embora o país seja predominantemente camponês.

O que significam essas contradições? Devem-se a dois tipos de razões.

As causas fundamentais estão na situação objetiva de um país economicamente atrasado que, devido à dialética histórica, acabou sendo o primeiro a chegar à ditadura do proletariado e à construção socialista. As causas secundárias residem na política errônea da direção, que cede às influências pequeno-burguesas e aplica uma política cuja função consiste em satisfazer unicamente às necessidades imediatas, e que é incapaz de compreender as circunstâncias no momento necessário e de aproveitar ao máximo os recursos econômicos e políticos da ditadura.

O Estado Soviético não paga juros sobre velhas dívidas. Virtualmente, tampouco paga compensações à nobreza, aos

banqueiros, aos proprietários de fábricas, etc. Estas duas condições, especialmente a segunda, geram por si mesmas um grande capital para a industrialização do país.

O estado operário, ao unificar a administração da indústria e do transporte – condição necessária para a economia planificada –, abriu possibilidades inesgotáveis para a livre utilização da energia e seus recursos, isto é para a aceleração do crescimento econômico do País.

Essas são as enormes conquistas da Revolução de Outubro. As *desvantagens* – não da revolução em si mas das condições nas quais esta ocorreu – são as seguintes: o baixo nível de desenvolvimento capitalista da Rússia czarista, o caráter fragmentado e extremamente atrasado da economia camponesa, o baixo nível cultural das massas populares e, finalmente, o isolamento da república soviética, rodeada por um mundo capitalista infinitamente mais rico e poderoso.

A necessidade de investir bilhões de rubros anuais no exército e na armada não é senão consequência mais imediata e evidente do entorno capitalista inimigo.

Outra consequência é o monopólio do comércio exterior, tão necessário para a república soviética como para o exército e a armada. A abolição, ou inclusive a debilidade, do monopólio do comércio exterior (Stálin tratou de fazê-lo em fins de 1922, influenciado por Sokolnikov –(2)) implicaria não só o retorno da Rússia ao caminho capitalista como sua transformação em um país semicolonial. Mas não pode se esquecer que o monopólio do comércio exterior implica a exclusão automática da Rússia da divisão internacional do trabalho, que foi a base do desenvolvimento capitalista deste país. A consequência di-

reta da expansão geral da economia foi uma notória retração do comércio exterior. Em consequência, a rápida expansão da industrialização está determinada, em medida considerável, pela necessidade da república soviética de produzir tudo o que a Rússia burguesa recebia do exterior com maior vantagem. Se houvesse regimes socialistas em outros países, o monopólio do comércio exterior, sem dúvida, não seria necessário, e a URSS receberia dos países mais avançados os produtos que carece, em condições absolutamente mais proveitosas que as desfrutava a Rússia burguesa. Na situação atual, o monopólio do comércio exterior, absolutamente indispensável para proteger os fundamentos da economia socialista, exige imperativamente gigantescos investimentos na indústria para que o país possa simplesmente sobreviver. Foi essa situação que produziu a escassez crônica de produtos acabados em um momento de grande avanço da produção industrial.

O caráter fragmentado da economia camponesa, herança do passado, se exacerbou com a Revolução de Outubro, já que seu primeiro objetivo foi a “revolução agrária democrática”. A fragmentação do setor agrícola apresentaria sérias dificuldades para a reconstrução socialista da agricultura na Rússia ainda que o proletariado já tivesse tomado o poder nos países avançados. Estas dificuldades são muito maiores uma vez que o país da Revolução de Outubro só conta com seus próprios recursos. Entretanto, a extrema lentidão da reconstrução socialista provoca uma maior divisão da terra e, em consequência, um aumento da proporção da produção destinada ao autoconsumo.

Esta é uma das razões da escassez de produtos agrícolas.

Não menos importante é o alto preço dos bens industriais. É o meio de que dispõe a indústria para pagar sua transição para uma economia mais avançada e ao mesmo tempo continuar investindo naqueles ramos que são necessários à causa do monopólio do comércio exterior. Em outras palavras, para o campo é muito alto o custo da indústria socialista.

O campesinato estabelece uma separação rígida entre a revolução agrária democrática que os bolcheviques concluíram e os fundamentos que estes assentaram para a revolução socialista. A transferência da propriedade da terra do latifundiário ao campesinato – a revolução democrática – proporcionou-lhe em torno de quinhentos milhões de rubros, ao liberá-lo do pagamento da renda. Mas devido as “tesouras” dos preços, os camponeses estão pagando uma soma muito elevada em benefício da indústria estatal. Resulta então que para o campesinato o balanço das duas revoluções que se combinaram em Outubro implica de todos os modos em um déficit de cem milhões de rubros. Este é um fato indiscutível, e além disso muito importante para avaliar tanto a situação econômica como a situação política do país. Temos de enfrentá-lo abertamente. Constitui a base das deterioradas relações entre o campesinato e o governo soviético.

O ritmo lento de crescimento da economia camponesa, sua fragmentação posterior, as “tesouras” dos preços industriais e agrícolas – em uma palavra, as dificuldades econômicas do país – criam condições favoráveis para o desenvolvimento dos *kulakis* e para que estes ganhem uma influência desproporcional ao seu peso numérico e aos recursos materiais de que dispõem. O excedente do cereal, que está principalmente em mãos dos estratos superiores da aldeia, é um elemento de escravização do campesinato pobre e de venda especulativa aos elementos pequeno-burgueses das cidades, ficando eliminado

do mercado nacional. Não só falta cereal para a exportação mas, inclusive, para cobrir as necessidades internas. O volume extremamente reduzido das exportações leva a ter de diminuir drasticamente a importação de bens acabados e, além disso, da maquinaria e matéria prima industrial, o que por sua vez nos obriga a pagar cada avanço da industrialização reduzindo extraordinariamente nossos recursos econômicos.

Isso explica fundamentalmente por que, em uma época de ressurgimento geral da economia e com um ritmo veloz de industrialização, na república soviética continuam existindo as “filas”, que é o argumento mais forte contra a teoria do socialismo em um só país.

Mas as filas são também um argumento contra a prática econômica oficial. Aqui passamos dos fatores objetivos para aos subjetivos, sobretudo da política da direção. É sem dúvida que nem a direção mais correta e previdente poderia ter conduzido a URSS à construção do socialismo dentro de suas fronteiras nacionais, isolada da economia mundial pelo monopólio do comércio exterior. Se a revolução proletária nos países capitalistas avançados se posterga várias décadas, a ditadura do proletariado da república soviética cairá inevitavelmente, vítima de suas próprias contradições econômicas, combinando ou não esse processo com a intervenção militar. Traduzido em linguagem política, isto significa: o destino da república soviética, nas condições mencionadas, está determinado pela direção econômica interna e pela luta revolucionária do proletariado internacional. Em última instância, o segundo é o fator decisivo.

Uma correta direção econômica na URSS significa que se utilizem os recursos e oportunidades de maneira tal que um ascenso genuíno e notório do nível de vida das massas trabalhadoras acompanhe o avanço do socialismo. Agora, o objetivo prático não é “superar” toda economia mundial – uma fantasia –, mas consolidar as bases industriais da ditadura proletária e melhorar a situação dos trabalhadores, fortalecendo o requisito político da ditadura, isto é, a unidade do proletariado com o campesinato não explorador.

A política correta na URSS significa prolongar o mais possível a existência da ditadura nas condições de isolamento em que se encontra. A política correta para a Internacional Comunista implica impulsionar o máximo possível o triunfo do proletariado dos países avançados. Em certo ponto estas duas linhas têm de unificar-se. Só com esta condição o contraditório regime soviético atual poderá – sem termidor, nem contrarrevoluções, nem novas revoluções – converter-se em uma sociedade socialista sobre a base da expansão do socialismo que finalmente deverá abarcar todo o mundo.

O tempo, fator político crucial em geral, se torna decisivo ao encarar o problema do destino da URSS. Sem dúvida, desde 1923, a direção atual vem fazendo tudo o possível para deixar correr o tempo. Os anos de 1923, 1924 e 1925 se perderam em combater a chamada superindustrialização – denominação com que se referiam à exigência da Oposição de que se acelerasse o ritmo da industrialização –, o princípio da economia planificada e a previsão econômica em geral. A aceleração do ritmo da industrialização se encarou empiricamente, por saltos e com mudanças tão bruscas que aumentou enormemente o custo da construção e foi um peso para as massas trabalhadoras. Há seis anos, a Oposição exigiu que se elaborasse um plano quinquenal. Nesse momento se ridicularizou esta exigên-

cia em um estilo totalmente de acordo com a mentalidade do proprietário pequeno burguês que tem os grandes objetivos e as grandes perspectivas. Qualificamos esta atitude de *menchevismo econômico*. Por exemplo, em abril de 1926, Stálin afirmava que necessitávamos a hidrelétrica de Dnieper tanto quanto um camponês pobre necessita um fonógrafo, e, por outro lado, negava absolutamente que o ritmo de nosso desenvolvimento econômico dependesse dos acontecimentos mundiais.

O plano quinquenal chegou com cinco anos de atraso. Os erros, retificações e ajustes dos últimos anos estiveram à margem de um plano geral, e por essa razão a direção aprendeu muito pouco deles. É impossível não lembrar aqui que o primeiro projeto de plano quinquenal, preparado em 1927, era mesquinho, minimalista e economicamente covarde. A Oposição o criticou implacavelmente em seu programa. Foi esta crítica, baseada nas necessidades reais do desenvolvimento econômico, o que determinou que no transcurso de um ano se revisasse integralmente o plano. Prontamente ficaram descartados todos os argumentos contra a “superindustrialização”. O aparato, que durante vários anos havia funcionado de acordo com o menchevismo econômico, recebeu a ordem de considerar herético tudo o que até o dia anterior era palavra santa, e, por outro lado, de oficializar a heresia até então chamada de “trotskismo”. Esta resolução pegou totalmente desprevenidos tanto os comunistas como os especialistas do aparato, educados na linha exatamente oposta. As primeiras tentativas de resistência ou as tímidas demandas de explicação foram sumária e severamente castigadas. E como podia ser de outro modo? Permitir explicações implicaria descobrir que a direção está ideologicamente em bancarrota, que deixou de lado todos seus supostos teóricos. Desta vez o aparato se submeteu silenciosamente. À pessoa que deu o informe sobre o plano quinquenal (Rikov) se lhe atribui a seguinte fórmula: é melhor *estar pelo* (isto é, apoiar) ritmo acelerado de desenvolvimento que *estar dentro* (do cárcere) *por se colocar contra*”.

Se o novo plano se impôs com o chicote nas mãos, não é difícil imaginar como se colocará o aparato a sua aplicação, já que suas nove das dez partes estão mais à direita que a direita oficial. Entretanto, a esquerda, de cujo programa se tomaram as ideias básicas do plano quinquenal, continua submetida à repressão e à calúnia. O aparato vive esperando novas mudanças e viradas, e nem sequer se atreveu a pedir ajuda ao sindicato dos camponeses pobres. O partido se encontra nesse momento diante de fatos consumados. O aparato não confia no partido e o teme. Nessa situação, ninguém vê no novo plano quinquenal a expressão de uma virada para a esquerda pensada e firme. Isto é, ninguém salvou um punhado de capituladores.

O mesmo pode se dizer a respeito da política da Internacional Comunista. Depois da união com Chiang Kai-shek, da teoria do “bloco das quatro classes”, do chamado à formação de um partido operário e camponês, da colaboração amistosa com o Conselho Geral – que traiu a greve geral –, a Internacional soltou em vinte quatro horas a consigna: nenhum acordo com os reformistas, combater o social-fascismo para conquistar as ruas. O novo e pronunciado zigue-zague se baseou na teoria do “terceiro período”, especialmente propícia para semear ilusões, estimular as ações aventureiras e preparar o novo giro... à direita.

Em consequência, o 12º aniversário da Revolução de Outubro encontra a República Soviética e a Internacional atoladas em grandes contradições e dificuldades que demonstram, pela negativa, a correção da teoria marxista da revolução socialista. Como

Lênin, entramos na Revolução de Outubro profundamente convencidos de que na Rússia a revolução não podia ter um caráter independente e acabado. Acreditávamos que não era mais do que o primeiro elo da revolução mundial e que o destino deste elo estaria determinado por toda a cadeia. E hoje continuamos sustentando esta posição. Os progressos alcançados na construção socialista avançam paralelamente às contradições, e serão inevitavelmente devorados por estas se no futuro as conquistas da revolução mundial não apoiarem a república soviética.

A expulsão do partido e a perseguição desfechada ao setor revolucionário dentro da república soviética constituem uma clara expressão política das contradições de uma república proletária isolada em um país atrasado. Não é surpreendente, por paradoxo que pareça, que os Bessedovskis – que são inumeráveis – expulsem os Rakovskis e depois, na primeira oportunidade, passem para o bando da reação.

Spinoza dizia: “Nem chorar, nem rir, compreender”. Há que compreender para lutar melhor pela Revolução de Outubro.

Durante o 12º ano se aprofundarão as contradições. Pode se tomar desprevenido um partido debilitado e estrangulado. Diante da primeira grande dificuldade, levantarão a cabeça os Bessedovskis de todo o calibre. O aparato centrista demonstrará que é um aparato e nada mais. O núcleo proletário necessitará de uma direção e só a Esquerda comunista, temperada na luta, poderá proporcionar-lá.

Saudamos o 12º ano daqui do desterro, da prisão e do exílio. Mas não somos pessimistas.

O princípio da ditadura proletária deixou sua marca indelével na história. Demonstrou a força tremenda de uma jovem classe revolucionária dirigida por um partido que sabe o que quer e que é capaz de unir sua vontade com o processo objetivo em desenvolvimento.

Estes doze anos demonstraram que a classe operária, ainda que em um país atrasado, não só pode derrotar seus banqueiros, latifundiários e capitalistas como também fazer avançar a indústria mais rapidamente que sob o domínio dos exploradores.

Estes doze anos demonstraram que a economia planificada centralizada é incomensuravelmente superior à anarquia capitalista, representada por poderosos trustes que disputam entre si.

As conquistas, exemplos e lições são essenciais. Gravarão para sempre na consciência da classe operária mundial.

Não rechaçamos nada nem lamentamos nada. Vivemos com as mesmas ideias e atitudes de Outubro de 1917. Podemos ver mais além dessas dificuldades circunstanciais, pois, por mais que o rio transborde, sempre irá para o oceano.

.....

Notas

- (1) O décimo segundo aniversário de Outubro, Biukketen Opozitsi, nº7, novembro-dezembro de 1929. Traduzido (para o inglês) para esse volume (da edição norteamericana) por Marilyn Vogt
- (2) Grigori Sokolnikov (188-1939): velho bolchevique, ocupou muitos postos militares, diplomáticos, industriais e políticos no governo soviético. Durante um breve período apoiou a Oposição Unificada, mas logo fez as pazes com Stálin. Permaneceu no comitê Central e foi designado embaixador na Grã Bretanha, em 1929, quando se reataram as relações diplomáticas. Acusado no Julgamento de Moscou de 1937, foi condenado à prisão.

Extraído do livro “Escritos”, de León Trostky, tomo I, 1929-30, vol. 2)

Julgamentos intermináveis⁽¹⁾

Leon Trotsky – 27 de agosto de 1936

Estou lendo, doente de asco, no *Pravda*, as crônicas do julgamento. Não é fácil, nem sequer para um político, imaginar tamanha sem-vergonhice, estupidez, perfídia. Qualquer um que considerasse esse assunto como metal de boa lei seria, para mim, um cadáver político.

No entanto, esse julgamento não será o último. Quando finalizou o julgamento de Zinoviev e Kamenev, em janeiro de 1935, escrevi: “Posto que a amálgama, sobretudo, no que diz a meu respeito, culminou em um lamentável fracasso, é inevitável que Stálin tente montar um novo julgamento, melhor preparado”. Depois do julgamento recente, esse vaticínio adquire um sentido todavia mais amplo. Fuzilaram dezesseis homens para identificar a palavra “trotskismo” com “terrorismo”. Esse foi o significado do julgamento. Agora, reuniram novos tribunais secretos, onde qualquer pessoa acusada de “trotskista” podia ser fuzilada sumariamente por ser terrorista. Stálin esmagou dezesseis infelizes – alguns já estavam esgotados, vazios, aniquilados – e os jovens informantes que pretendiam fazer carreira até torná-los massa sanguinolenta, para melhor chegar até minha pessoa.

Os acusados se empenharam em ajudar Stálin. Dizia-se que todas as testemunhas, todos os fios, todas as denúncias conduziam diretamente ao autor dessas linhas. Ao se aprofundar na leitura das denúncias, aumenta-se a sensação de vazio. Pode-se montar um julgamento público quando se obteve um acordo entre a GPU e os acusados. Mas Stálin não cumpriu sua parte do compromisso. Encerrou o caso mediante as execuções sumárias.

Em março de 1923, quando Lênin preparava um ataque decisivo contra Stálin no décimo segundo Congresso do Partido, ao enviar-me uma série de cartas e documentos do seu leito de enfermo, disse-me por meio de sua secretária Fotieva: “Mas não negocie com Stálin, porque fará um compromisso podre e logo o trairá”(2). É uma qualidade que Stálin desenvolveu desde então. Fez um “compromisso podre” (contra mim) com os acusados indefesos e logo traiu seus sócios, atados de pés e mãos. E como os traiu!

Como dizia antes, houve somente dezesseis homens no banquinho. Mas estes, que tanto eram auto-acusadores e acusadores, mencionaram dezenas de nomes ao depor. Safonova, a ex-esposa de Smirnov, foi traída desde o cárcere como testemunha do cargo no julgamento de seu esposo.

Dizia que era oficial do Exército Vermelho e que ins-

tigou uma conspiração “trotskista” entre os oficiais vermelhos. Igual a Reingold no julgamento dos dezesseis, no próximo julgamento, Safonova terá de desempenhar um papel como principal agente da GPU. Mas o pagará como Reingold, isto é, com sua vida.

O testemunho de Reingold contém uma passagem que me é estranha. Diz que sua tarefa seria a de apagar os vestígios dos atentados terroristas, quando os conspiradores tomassem o poder. De que maneira? “Eliminando fisicamente os funcionários do Commissariado do Interior (GPU), tanto os que tivessem conhecimento da preparação dos atentados terroristas como os que haviam penetrado nos ditos atentados na prática”. Em outras palavras: estes canalhas infames lhes deram aos acusados a ideia da mesma obra sangrenta que a GPU realizará amanhã contra os próprios acusados.

Outro fato que lança luz horrível sobre a camarilha bonapartista: o autor dos comentários do *Pravda* sobre os



Julgamentos é Zaslavski, quem linha por linha dá por certo que meus vínculos e os dos demais acusados com a Gestapo são coisa demonstrada. Em 1917, o mesmo Zaslavski, jornalista do *Dyen* (O Dia) – jornal financeiro – era o inimigo mais furibundo dos bolcheviques. Acusou a Lênin, a mim e a outros de serventes do estado maior alemão. Em uma série de artigos escritos em 1917, Lênin dizia: “Zaslavski e os demais canalhas...”, sem empregar outro qualificativo. Agora o canalha é o defensor do ‘bolchevismo’ estalinista contra nós, agentes da Gestapo. Nenhuma fantasia teórica ou po-

ética, seja de um Marx ou a de um Shakespeare, pode ter inventado semelhante acordo. Mas a vida sabe fazê-lo.

Entretanto tenho esperança de que se desmascare esse crime sem precedentes. Com esta carta quero fazer uma modesta contribuição a essa obra. O resto virá com o tempo.

.....

- (1) Julgamentos Intermináveis. Traduzido do francês (para o inglês) para esta obra por Mary Gordon. No dia seguinte de redigir esta carta, Trotsky foi submetido à prisão domiciliar e seus secretários expulsos do país.
- (2) Lídia Fotieva (1881-1975)- secretária de Lênin de 1918 até a sua morte em 1924

(Extraído do livro “Escritos”, de Léon Trotsky, tomo VII, 1935-36, vol 3)